



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE ARQUIVOLOGIA**

MARIA DALVA CASIMIRO DA SILVA

**Sobre a Identidade e o Estatuto Científico da Arquivologia:
Estudos preliminares a partir das dimensões constitutivas do saber
arquivístico**

Rio de Janeiro

2019

MARIA DALVA CASIMIRO DA SILVA

**Sobre a Identidade e o Estatuto Científico da Arquivologia:
Estudos preliminares a partir das dimensões constitutivas do saber
arquivístico**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Arquivologia,
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Bacharel em Arquivologia.
Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Mariana Lousada

Rio de Janeiro
2019

MARIA DALVA CASIMIRO DA SILVA

**Sobre a Identidade e o Estatuto Científico da Arquivologia:
Estudos preliminares a partir das dimensões constitutivas do saber
arquivístico**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado à Escola de Arquivologia,
como requisito para obtenção parcial do
Grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Mariana Lousada
(Orientadora)

Prof^a Dr^a Rosale Mattos

Prof. Dr. Eliezer Pereira da Silva

Catálogo informatizado pelo(a) autor(a)

S586 SILVA, Maria Dalva Casimiro da
Sobre a Identidade e o Estatuto Científico da
Arquivologia: Estudos preliminares a partir das
dimensões constitutivas do saber arquivístico /
Maria Dalva Casimiro da SILVA. -- Rio de Janeiro,
2019.
100

Orientador: Mariana Lousada.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro,
Graduação em Arquivologia, 2019.

1. Arquivo. 2. Arquivologia. 3. Cientificidade.
4. Pesquisa. 5. Identidade. I. Lousada, Mariana,
orient. II. Título.

*À minha sempre querida e saudosa mãe,
Ilza Ribeiro da Silva (in memoriam)*

AGRADECIMENTO

Após a finalização deste ciclo acadêmico, não poderia deixar de expressar a minha gratidão àqueles (as) cuja contribuição foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

Direciono o meu agradecimento ao Colegiado de Curso de Arquivologia da UNIRIO, que em 2014 deliberou pela aprovação da minha solicitação de dilatação de prazo por dois anos, retornando em 2016, após um período de afastamento, em decorrência da necessária dedicação a outro momento da minha vida acadêmica e à permanência ao lado da minha querida e saudosa mãe, principalmente nos seus últimos dias de vida.

Agradeço à Prof^ª. Dr^ª. Mariana Lousada, pela pronta aceitação em orientar este trabalho, mesmo antes da definição do tema apresentado e, principalmente, pela preocupação com a minha inserção em um estágio curricular que pudesse contribuir, de fato, para a minha formação. Sou grata pela paciência e permanência no acompanhamento do trabalho, mesmo após as várias e necessárias alterações acerca do objeto estudado provocada por algumas intempéries do cotidiano.

Os meus agradecimentos à Prof^ª. Dr^ª. Rosale Mattos, com quem tive pouca convivência nos espaços da UNIRIO, mas que se colocou à disposição para ser membro da banca avaliadora. Também agradeço ao Prof. Dr. Eliezer Pires, que sempre pronto a colaborar, aceitou com grande disposição o mesmo convite.

E como não poderia deixar de ser, os meus agradecimentos sempre a ela...! Àquela que, mesmo em outro plano espiritual, continua me protegendo e intercedendo pelo meu sucesso. Agradeço pelo legado deixado e por me tornar uma legítima herdeira. Obrigada, mãe!

RESUMO

SILVA, Maria Dalva Casimiro. **Sobre a Identidade e o Estatuto Científico da Arquivologia: Estudos preliminares a partir das dimensões constitutivas do saber arquivístico**, 2019. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Arquivologia). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

No referido Trabalho de Conclusão de Curso, temos como objetivo apresentar um estudo preliminar acerca da identidade e do estatuto científico da Arquivologia, considerando, sobretudo, os fundamentos teóricos que norteiam historicamente o *saber arquivístico*, destacando os dilemas e desafios que permeiam a profissão e a prática profissional. O *saber arquivístico* é aqui compreendido como um conjunto de conhecimento situado no campo da epistemologia e produzido historicamente. Trata-se de uma construção que se relaciona com os aspectos intelectivos e que, para além disso, assenta-se nos princípios, métodos e procedimentos, no que diz respeito à efetividade das atribuições dos arquivistas nos seus mais variados campos de atuação. Partimos do princípio de que ao longo do seu processo histórico de desenvolvimento a Arquivologia caracterizou-se pela ocorrência das mais variadas inflexões, sendo estas definitivas para a busca contínua da sua constituição enquanto ciência autônoma, distanciando-se, gradativamente, da subordinação a outras áreas do conhecimento, como a História e a Administração, a partir da definição de seu objeto próprio, sendo ele, para alguns autores, o documento, e para outros, a informação. Nesta perspectiva, apontamos como um dos maiores desafios, a importância do fortalecimento da autenticidade da Arquivologia em tempos de crise e de pós-modernidade, principalmente mediante ao esforço de torná-la próxima e dialogável com o campo da Ciência da Informação, que, inevitavelmente, pode apontar para um enriquecimento teórico-metodológico e prático-operativo da profissão, ou, contrariamente, engendrar uma contínua descaracterização da ciência arquivística a partir da incorporação processual dos saberes e das tecnologias do campo informacional que vem conquistando visibilidade e espaço cada vez mais amplo no mercado globalizado com os seus rebatimentos na área de fomento à pesquisa.

Palavras-Chave

Arquivologia, Dimensões Arquivísticas, Ciência, Identidade, Fundamentos Arquivísticos.

ABSTRACT

SILVA, Maria Dalva Casimiro. **On the Identity and Statute of Scientificity of the Archivology: Preliminary studies from the constitutive dimensions of archival knowledge**, 2019. 100 f. Course Completion Work (Bachelor of Archivology). Federal University of the State of Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

In this study, we present a preliminary study about the identity and the scientific status of archivology, considering, above all, the theoretical foundations that historically guide archival knowledge, highlighting the dilemmas and challenges that permeate the profession and the practice. Archival knowledge is understood here as a set of knowledge situated in the field of epistemology and produced historically. It is a construction that is related to the intellectual aspects and, moreover, is based on the principles, methods and procedures, regarding the effectiveness of the assignments of the archivists in their various fields of action. We assume that throughout its historical process of development the Archivology was characterized by the occurrence of the most varied inflections, being these definitive for the continuous search of its constitution as an autonomous science, gradually distancing itself from subordination to other areas of knowledge, such as History and Administration, from the definition of its own object, being for some authors the document, and for others, information. In this perspective, one of the major challenges is the importance of strengthening the authenticity of Archives in postmodern times, especially through the effort to make it close and dialogable with the field of Information Science, which, inevitably, can point to a theoretical-methodological and practical-operational enrichment of the profession, or, conversely, to engender a continuous de-characterization of the archival science from the procedural incorporation of the knowledges and technologies of the information field that has been gaining visibility and space increasingly ample in the globalized market with its refutations in the field of research promotion.

Key words

Archivology, Archival Dimensions, Science, Identity, Archival Foundations

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil	32
Quadro 2	Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Arquivologia	33
Quadro 3	Reformulação Curricular dos Cursos de Graduação em Arquivologia	34
Quadro 4	Disciplinas Obrigatórias do Curso de Arquivologia – UNIRIO ...	39
Quadro 5	Disciplinas Obrigatórias do Curso de Arquivologia – UFF	40
Quadro 6	Disciplinas Obrigatórias do Curso de Arquivologia – UnB	41
Quadro 7	Disciplinas Obrigatórias do Curso de Arquivologia – UFSM	42
Quadro 8	Disciplinas Comuns aos Cursos de Arquivologia	44
Quadro 9	Disciplina Estágio Supervisionado nos Cursos de Arquivologia	.45
Quadro 10	Quadro Sinóptico do Modelo Histórico-Tecnicista	50
Quadro 11	Equipe Interdisciplinar para a Gestão de Documentos Arquivísticos	63
Quadro 12	Distinção entre Diplomática e Tipologia	66
Quadro 13	Valores atribuídos aos Documentos Arquivísticos	67
Quadro 14	Quadro Analítico-Sistemático dos Fundamentos do Modelo Histórico-Tecnicista	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Fluxograma de disciplinas do Curso de Graduação de Arquivologia da UNIRIO.....	38
Figura 2 Dimensões da Disciplina Estágio Supervisionado	47
Figura 3 Fases da Gestão de Documentos nos Sistemas Nacionais de Informação	59
Figura 4 Ciclo Vital da Gestão de Documentos	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAB – Associação Arquivística Brasileira
ABEPA – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia
AN – Arquivo Nacional
APHA – Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística
CBA – Congresso Brasileiro de Arquivologia
CES – Câmara de Educação Superior
CFE – Conselho Federal de Educação
CIA – Conselho Nacional de Arquivo
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONAR – Comissão Nacional de Arquivos
CONARQ – Conselho Nacional de Arquivologia
CPA – Curso Permanente de Arquivos
ECI – Escola de Ciência da Informação
FEFIEJ – Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro
FURG – Fundação Universidade do Rio Grande do Sul
GT – Grupo de Trabalho
IEB – Instituto de Estudos Brasileiros
IES – Instituição de Ensino Superior
NARS – National Archives and Records Service
NARA – National Archives and Records Administration
PPGARQ – Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos
REPARQ – Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia
SINAR – Sistema Nacional de Arquivos
TTD – Tabela de Temporalidade
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Paraná

UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFMS – Universidade Federal Santa Maria
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
(Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 O ponto de partida: breve compreensão das dimensões constitutivas do “saber arquivístico”	22
2. DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	24
2.1 A Formação Profissional em Arquivologia	28
2.1.1 – Diretrizes Curriculares	30
2.1.2 – Grade Curricular	36
2.1.3 – Estágio Supervisionado	44
3. DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA	47
3.1 – Gestão de Documentos: Contextualização	55
3.2 – Gestão de Documentos: o conceito	56
3.3 – A Gestão de Documentos e os Princípios Arquivísticos	62
3.3.1 – As análises diplomática e tipológica dos documentos arquivísticos	65
3.3.2 – Princípio da Proveniência	69
3.3.3 – Princípio da Organicidade	69
3.3.4 – Princípio da Unicidade	70
3.3.5 – Princípio da Indivisibilidade ou Integridade	70
4. DIMENSÃO CIENTÍFICO-EPISTEMOLÓGICA	73
4.1 – Ciência Arquivística e Informação: o modelo Pós-Paradigmático .	74
4.2 – Alguns aspectos epistemológicos da Arquivologia	77
4.3 – A Produção do Conhecimento e a Pesquisa em Arquivologia	78
5. DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA: <i>Um estudo a ser realizado</i>	86
6. CONSIDERAÇÕES	88
7. REFERÊNCIAS	90

1 – INTRODUÇÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, temos como objetivo elucidar, inicialmente, alguns aspectos importantes acerca dos fundamentos da Arquivologia como disciplina e profissão, destacando como pontos centrais e especificamente, a constituição da sua identidade e o seu reconhecimento enquanto ciência.

O objeto de análise foi definido levando-se em consideração o processo de formação profissional, mais precisamente os conteúdos inerentes às disciplinas, apreendidos ao longo da graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. A exposição dos desafios, limites e possibilidades, visíveis nas reflexões publicizadas pelos principais teóricos e profissionais expressos na literatura nacional e internacional da área, notadamente ao longo da década de 1990, marcaram presença constante nos debates que atravessaram todo o período contemporâneo, com novas formulações e sugestões respaldadas por um empenho intelectual advindo das experiências e percepções vivenciadas e desenvolvidas quer no campo acadêmico ou no campo da prática institucional.

Assentadas em tais formulações e tendo como objeto de estudo a Arquivologia enquanto uma disciplina, ciência e profissão, apresentamos nas linhas que seguem, as questões que mais nos instigam e que nos conduzem no estabelecimento de um ponto de partida e na busca de possíveis respostas às seguintes indagações que compõem o problema de pesquisa a ser desvelado por meio da investigação teórico-científica:

– Podemos afirmar ser a Arquivologia autônoma enquanto disciplina, profissão e ciência com relação às outras áreas do conhecimento, mais especificamente a História e a Administração, e no contexto contemporâneo, dada as profundas transformações tecnológicas e informacionais, a Ciência da Informação, verificando-se a estreita relação estabelecida entre a Arquivologia e as referidas áreas?

De acordo com as leituras e estudos acerca da literatura arquivística, realizados ao longo do curso de graduação na área, a fim de alcançar respostas cabíveis ao problema da Arquivologia enquanto disciplina autônoma, partimos do *primeiro pressuposto* de que as profundas transformações

ocorridas entre os séculos XIX e XX nos aspectos tecnológicos, científicos, econômicos, políticos, sociais e culturais, engendraram, no interior da profissão, profundas inflexões no que se refere à definição do seu objeto, dos seus objetivos e da formulação de novas técnicas de trabalho, bem como demarcaram alterações de grande monta no diálogo com outras áreas do saber como a Administração e a História, deixando de lado, com relação a estas, a sua condição de “área menor” ou de disciplina subordinada. Todavia, presenciamos a uma crescente aproximação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, o que afirmamos ser produto dos avanços e das recentes e inovadas tendências tecnológicas. A criação de novos dispositivos informacionais ocasionou múltiplos desdobramentos no trato da informação e, por consequência, exigências de outra ordem, deixando de lado as normas e os princípios estabelecidos por uma “Arquivologia Clássica ou Tradicional”.

Esta relação entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, que entendemos ser inevitável, pode se traduzir, para a Arquivologia do século XXI, em grandes avanços nos aspectos teóricos-metodológicos e técnicos-operativos, não obstante, como efeito contrário, pode redundar em um enfraquecimento no seu aspecto ético-político e científico-epistemológico, engendrando uma contínua descaracterização da ciência arquivística a partir da incorporação processual dos saberes e das tecnologias do campo informacional, que vem conquistando visibilidade e espaço cada vez mais amplo no mercado globalizado com os seus rebatimentos na área de fomento à pesquisa.

Ao retratarmos sobre a identidade da Arquivologia, buscamos compreendê-la a partir da identificação dos aspectos que a diferenciam de todas as outras profissões e área do conhecimento e que se constitui enquanto base da sua existência, ou seja, compõe-se naquilo que entendemos ser a sua essência.

O *segundo pressuposto* consiste em afirmarmos que o arquivo na sua concretude não é objeto exclusivo da Arquivologia, mas sim, para além do seu aspecto físico, um elemento de reflexão presente nas análises de pensadores de várias outras áreas do saber, principalmente das Ciências Sociais Aplicadas e enquanto instrumento de trabalho presente na prática cotidiana de uma quantidade considerável de profissionais.

O arquivo exerce a sua função em várias outras áreas de forma muito abrangente e mantêm as suas características a luz das análises dos mais variados pensadores das diversas áreas. Temos como exemplo, filósofos como Foucault, Derrida e Lévis-Strauss que deixaram contribuições que nos fazem pensar os arquivos a partir de uma concepção crítica. Na obra *Arqueologia do Saber* (1995), produzida originalmente em 1969, temos uma concepção foucaultiana de arquivo enquanto um sistema de enunciados situado no campo discursivo, construído, especificamente, a partir de jogos de relações compostos de regularidades singulares, ou seja, o arquivo que se constitui enquanto a *lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos únicos* (FOUCAULT, 1995, p. 147).

Em *Vigiar e Punir* (1999), publicado ineditamente no ano de 1975, Foucault nos apresenta uma concepção de arquivo a partir da criação de nexos entre o conjunto documental produzido pelas instituições prisionais e a sua funcionalidade para os órgãos de poder e das demais instâncias da sociedade. Por fim, a obra *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana* (2001), escrita por Derrida e publicada em 1995, instiga-nos, logo de início, acerca de uma reelaboração do conceito de arquivo, considerando as suas dimensões técnicas, políticas, éticas e jurídicas. O filósofo nos convida a pensarmos mais nas funções cumpridas pelo arquivo e menos em suas características (*Como falar em uma “comunicação dos arquivos” sem tratar primeiramente do arquivo dos “meios de comunicação”?* [DERRIDA, 2001, p.8]), além de outras indagações que nos levam a refletir a respeito da instituição do poder sobre o arquivo, por meio da manipulação, retenção e interpretação do documento, na recusa de uma ideia reducionista do arquivo estando este relacionado à memória, tanto pessoal quanto histórica.

Em Lévi-Strauss temos a caracterização dos Arquivos enquanto algo sagrado, quando o mesmo estabelece uma comparação entre documentos e amuletos. resguardadas as especificidades do Arquivo, o autor afirma que,

(...) a virtude dos arquivos é a de nos colocar em contato com a pura historicidade [...]. Os arquivos trazem, pois, outra coisa: por um lado, eles constituem o fato em sua contingência radical (visto que apenas a interpretação, que não faz parte dele, pode baseá-lo numa razão); por outro lado eles dão uma existência física à história, pois apenas

neles é ultrapassada a contradição de um passado terminado e de um presente onde ele sobrevive. Os arquivos são o ser encarnado da factualidade (LÉVI-STRAUSS, 1997 apud HEYNEMANN, 2009, p.64).

Profissionais como historiadores, administradores, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos fazem uso desse instrumento e mantêm um entendimento racional-intelectivo em torno do mesmo. Por este motivo, faz-se importante destacar o caráter interdisciplinar da Arquivologia e o seu diálogo com as demais áreas de atuação.

O *terceiro pressuposto* considera a “Arquivologia enquanto uma ciência dos arquivos por excelência”, uma vez que se propõe ao estudo dos arquivos, dos documentos e da informação que o mesmo contém de forma indissociada.

A especificidade da área reúne um conjunto de saberes em torno do seu objeto, que, de acordo com Fonseca (2005), assume uma tríplice dimensão, conformada articuladamente na seguinte ordem: Arquivos – Documentos de Arquivo – Informação (2005, p. 55).

O *quarto pressuposto* leva em conta, no caso brasileiro, a Arquivística situada no campo dimensional técnico-operativo enquanto um dos elementos que garante à Arquivologia uma identidade própria, respaldando a profissão a partir de técnicas e métodos a serem aplicados na *produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos*, de acordo com o que rege o Dicionário de Termos Arquivísticos do Arquivo Nacional de 1992¹.

Importante destacar a publicação, em 2005, do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, que, embora se configure em um instrumento de grande monta *para a normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico* (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 5), deixa lacunas na definição conceitual de Arquivologia, sendo esta compreendida como *disciplina que estuda as funções do arquivo (2) e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos (1)* (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE

¹Conforme consta no Prefácio do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 11), trata-se de material elaborado por um grupo de trabalho do Arquivo Nacional que teve como participantes ocasionais, dentre outras (os) as autoras Maria Odila Kahl Fonseca (Rio de Janeiro) e Heloísa Liberalli Belloto (São Paulo). Embora tenha reunido cerca de 550 termos e sido encaminhado para publicação em 1992, o mesmo não chegou a ser impresso. Todas as referências ao Dicionário de Termos Arquivísticos de 1992 referentes neste trabalho foram utilizadas com base nas análises de Jardim (1998).

TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.37). Segundo o dicionário, a Arquivística e Arquivologia podem ser entendidas como sinônimos, no entanto, o mesmo não apresenta explicações consubstanciais a respeito da Arquivística, algo que o Dicionário de 1992 já tinha dado conta de cumprir. A partir dessas colocações, compreendemos a Arquivística, considerando-se o caso brasileiro, enquanto um conceito distinto de Arquivologia. Uma vez sendo o conjunto de *princípios e técnicas pelos quais se administram os arquivos* (DICIONÁRIO DE TERMOS ARQUIVÍSTICOS, 1992 apud JARDIM, 1998), analisaremos na enquanto um dispositivo técnico-operacional, que não apenas demarca o campo de atuação do arquivista, mas o coloca em uma posição diferenciada no espaço sócio ocupacional.

Os aportes teóricos que sustentam esta pesquisa são provenientes dos autores que há algum tempo vêm pensando a Arquivologia não só enquanto profissão, mas considerando também e principalmente o processo de formação profissional demarcado pela apreensão teórica. Tais autores, sejam eles nacionais ou internacionais, acadêmicos ou profissionais da área, vêm pautando as suas reflexões nos espaços acadêmicos e institucionais, projetando a Arquivologia no cenário contemporâneo onde as profundas transformações sociais, econômicas, educacionais, culturais e tecnológicas interpelam a esta área do conhecimento um posicionamento que não a isenta de assumir uma postura inovadora, política, comprometida, não só institucionalmente, mas, de uma forma mais ampla, com a sociedade e a partir de uma postura ética.

Tomamos como base, inicialmente, as reflexões desenvolvidas por Fonseca (2005) e por Jardim (1998) a respeito das novas dimensões da Arquivologia. Ambos apresentam como hipótese o profundo redimensionamento no qual a profissão experimenta, principalmente no que concerne à reestruturação dos seus espaços científicos, tecnológicos e sociais, tratando-se de espaços de grande tensão, de crise, todavia, de crescimento (FONSECA, 2005, p. 54). Este contexto de transformações é analisado por Delmas (2010) a partir das suas contundentes colocações a respeito de tais alterações. Na concepção do autor, toda a sociedade passa por *uma mutação sem precedentes*, caracterizada por uma série de fenômenos, sendo eles, a *explosão demográfica, urbanização adensada em megalópoles, globalização*

das trocas e das crises econômicas. Junto a tais ocorrências, experimentamos o desenvolvimento de um novo sistema tecnológico constituído pela eletrônica, pela informática, pelas redes telemáticas e suas conseqüentes aplicações (DELMAS, 2010, p. 11).

De acordo com Jardim (2015), as novas possibilidades que vêm emergindo no campo da gestão da informação arquivística e na atuação do arquivista são produto das transformações ocorridas na produção e no uso da informação.

Jardim (2015) remete a sua hipótese ao entendimento existente sobre o que seja “arquivo”, “arquivista” e “arquivologia”, considerando os vários vieses acerca de cada um dos conceitos, definindo o espaço do arquivista como *produtor de conhecimento*, atribuição posta pela intersecção entre arquivos – arquivista – arquivologia. Neste caso o profissional seria o *sujeito que intervém nos arquivos sob uma dada ordem teórica, que é a Arquivologia* (JARDIM, 1998, p.1).

O percurso metodológico percorrido para a elaboração deste trabalho, consiste no desenvolvimento de uma abordagem teórica comparativa entre os vários pensamentos coexistentes no âmbito da Arquivologia, a partir de autores nacionais e internacionais, no levantamento bibliográfico e na utilização de fontes secundárias, como livros impressos e eletrônicos, além de artigos publicados em periódicos e revistas especializadas da área arquivística. Outro procedimento metodológico utilizado consistiu na análise da grade curricular dos cursos de Arquivologia de quatro universidades federais do Brasil com o fim de destacar, no universo das disciplinas ofertadas, aquelas relacionadas especificamente à Arquivologia, ao Arquivo, ao Documento Informacional ou Arquivístico e à Informação. Neste caso, apresentamos as grades curriculares das seguintes Instituições de Ensino Superior (IES): Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O critério metodológico de escolha de somente quatro universidades dentre o universo de dezesseis IES ocorreu mediante a observância das quatro primeiras instituições a fundarem o curso de Arquivologia.

Atendendo ao objetivo geral desta pesquisa, estabelecemos como objetivos específicos a realização de levantamento bibliográfico acerca das

seguintes dimensões arquivísticas: teórico-metodológica, técnico-operativa e científico-epistemológica, destacando-se alguns autores do âmbito nacional e internacional, e a identificação dos dispositivos existentes em cada dimensão do universo arquivístico, bem como na forma como respaldam a nossa compreensão no que diz respeito ao “saber arquivístico”. Apontamos, dentro dos objetivos, a dimensão ético-política como fundamental para a compreensão dos dispositivos legais e dos caminhos favoráveis à construção coletiva, rumo ao desenvolvimento almejado para a Arquivologia e ao seu reconhecimento enquanto disciplina e ciência autônoma. Com relação a esta dimensão, registramos, de forma incipiente, alguns elementos que poderão nos ajudar em um estudo futuro aprofundado, a partir do diálogo com as demais dimensões, principalmente com a científico-epistemológica.

Importante ressaltar que tais dimensões foram definidas de acordo com experiências vivenciadas e estudos desenvolvidos² em outra área das Ciências Sociais Aplicadas³, sendo utilizadas neste trabalho monográfico a partir do entendimento do papel que cumprem, não de forma isolada ou específica e facultada aos domínios de uma determinada área, mas, ao contrário, atreladas aos processos mais amplos de inserção coletiva das diversas áreas do saber em uma dada realidade societária.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos, os quais podemos considerar como fio condutor “*O ponto de partida: breve compreensão das dimensões constitutivas do “saber arquivístico”*”, tecendo considerações as quatro dimensões que entendemos serem fundamentais para a definição e compreensão da identidade da Arquivologia.

Em suma, temos por capítulos as dimensões: **teórico-metodológica** onde tratamos a Arquivologia enquanto um campo de conhecimento, que ainda se encontra, segundo Jardim (2012), em franco processo de consolidação. De acordo com as formulações de Cook (1996 apud JARDIM, 1998), a história do pensamento arquivístico no século atual, reflete uma interação entre teoria e prática. Nesta dimensão apontamos para uma articulação que Jardim (2012)

2 Referimo-nos, como exemplo, à publicação na Revista Serviço Social e Sociedade, n. 77, Ano 2004, p.121-147. Artigo intitulado “A produção do conhecimento no Serviço Social e sua relação com os princípios éticos” (SILVA, M. Dalva Casimiro da). Neste artigo são utilizadas expressões como, (...) *base teórico-metodológica* (p.121); *compromisso ético-político* (p.121); *instrumental técnico-operativo* (122).

3 Curso de Graduação em Serviço Social.

afirma ser necessária entre instituições (prática profissional) e ensino (formação profissional). Apresentamos uma breve análise acerca da grade curricular de quatro universidades públicas a fim de identificar as disciplinas específicas que demarcam as particularidades da Arquivologia, garantindo-lhe uma identidade própria, e o estágio supervisionado enquanto um instrumento que materializa a relação indissociável entre teoria e prática, e que assume também, estrategicamente, um caráter político; **técnico-operativa** que está diretamente relacionada ao conceito de Arquivística, considerada como elemento distinto da Arquivologia conforme definição sugerida pelo Dicionário de Termos Arquivísticos elaborado em 1992 pelo Arquivo Nacional. Neste caso a Arquivística é compreendida enquanto um conjunto de técnicas e métodos a serem observados e aplicados na *produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos* (DICIONÁRIO DE TERMOS ARQUIVÍSTICOS, 1992 apud JARDIM, 1998); **científico-epistemológica** a partir das formulações teóricas de Jardim (1998) acerca da Arquivologia enquanto campo de conhecimento científico. O mesmo afirma que se trata de uma área que está em franco processo de desenvolvimento. Não apenas no Brasil, como também nas comunidades internacionais, tem-se uma configuração da área enquanto disciplina científica ainda por se consolidar (JARDIM, 1998); e alguns aspectos introdutórios da dimensão **ético-política** referindo-se ao campo ético que respalda juridicamente a profissão e as relações estabelecidas institucionalmente, tendo como função consolidar e sustentar a prática arquivística, o emprego do arquivista em determinado espaço sócio ocupacional, além de situar a Arquivologia a partir de um arcabouço jurídico-legal que lhe garanta autonomia e a definição da sua identidade. Trata-se de um capítulo “a parte”, onde serão apontados os elementos para um futuro estudo, considerando os aspectos jurídicos da Arquivologia em dois sentidos: a partir do respaldo legal no exercício da profissão, pondo em relevo os elementos elencados no seu código de ética que assegura o trabalho profissional do arquivista mostrando-lhes os seus direitos e deveres, além de apontar os avanços e insuficiências do referido instrumento; e a partir do aspecto normativo que rege a Arquivologia tendo como centralidade a gestão de documentos. No campo político, são analisadas as construções e articulações no âmbito da classe profissional para definição de diretrizes e

orientações na criação de instâncias políticas e institucionais de fortalecimento da categoria, bem como do respaldo necessário à ocupação dos espaços sócio ocupacionais pelos profissionais e consequente reafirmação da identidade profissional e do estatuto de cientificidade da profissão.

Importante mencionar que o objetivo não consiste em um aprofundamento teórico referente a cada dimensão, muito menos em esgotar a discussão em torno delas, todavia, pretende-se apontar caminhos para futuros estudos e buscar respostas, mesmo que iniciais às seguintes indagações:

– Considerando a Arquivologia enquanto uma disciplina e ciência autônoma, existem dispositivos que lhe conferem uma identidade própria? Quais os dispositivos técnicos, metodológicos, científicos e legais que definem a sua identidade e resguardam o seu estatuto de cientificidade? O desafio desta pesquisa consiste na busca de respostas a tais questionamentos a fim de expô-las ao final das investigações e ponderações.

A fim de alcançar respostas possíveis ao problema da identidade e do estatuto de cientificidade da Arquivologia, o estudo investigativo consistirá nas elaborações teóricas que abrangem a identificação de tais dispositivos, cuja abordagem ocorrerá considerando as seguintes dimensões arquivísticas relacionadas nos capítulos mencionados: teórico-metodológica, técnico-operativa, científico-epistemológica e uma “introdução” à dimensão ético-política.

Sinalizamos também, o fato de termos, na literatura brasileira, construções teóricas que perpassam algumas dessas dimensões, porém, com outras terminologias. Indolfo (2013) considera em seu trabalho de tese uma *dimensão político-arquivística*, retratando a avaliação de documentos na Administração Pública Federal entre os anos de 2004 e 2012; Jardim (1998) faz referência à *dimensão científica* da Arquivologia, considerando a produção de conhecimento arquivístico nas perspectivas internacionais e no caso brasileiro entre os anos de 1990 e 1995. Há ainda uma *dimensão informacional* dos arquivos cujas reflexões são desenvolvidas por Silva (2016) relacionadas ao fenômeno arquivístico e a uma abordagem informacional dos arquivos.

1.1 – O ponto de partida: breve compreensão das dimensões constitutivas do “saber arquivístico”

Conforme afirma Jardim, (1998), estamos vivenciando a emergência de novas e várias dimensões no campo arquivístico. Ao nos referirmos ao termo “dimensões”, estamos, segundo o autor, remetendo o nosso pensamento aos espaços de conhecimento ou do saber arquivísticos e de redimensionamento pelo qual a profissão experimenta no momento contemporâneo, incluindo a relação mútua entre o arquivista, os arquivos e a Arquivologia. Ainda de acordo com o autor, o campo arquivístico vivencia uma série de confrontos engendrados pela *emergência de novos padrões de produção, pelo uso e transferência da informação*, ocorridos de forma concomitante às *profundas alterações científicas e tecnológicas*, no contexto do *capitalismo avançado* (idem). Tais confrontos têm ocorrido nas várias dimensões que se encontram cotidianamente articuladas,

- No funcionamento dos serviços de informação arquivística;
- Na identidade profissional do arquivista;
- Na sua formação profissional;
- Na produção de conhecimento arquivístico (JARDIM, 1998, s/p).

A partir deste destaque, consideraremos quatro dimensões que abarcam o universo arquivístico e que de forma inter-relacionadas dão conta de respaldar a nossa compreensão no que diz respeito ao “saber arquivístico”. Estamos nos referindo às seguintes dimensões: teórico-metodológica, técnico-operativa, científico-epistemológica e ético-política. Vale lembrar que não se pretende, neste momento, esgotar as explicações e ponderações acerca dessas dimensões, mas apontar, inicialmente, possibilidades que nos permitam afirmar uma identidade própria da Arquivologia enquanto profissão e a sustentabilidade do seu estatuto de cientificidade a partir de uma renovação da profissão enquanto disciplina autônoma, considerando alguns elementos cruciais, a saber:

- o estímulo à produção teórica;

- o investimento na ampliação da pesquisa;
- o reconhecimento dos profissionais enquanto uma categoria e a sua organização política;
- o desenvolvimento de reflexões em torno das questões éticas.

Nos capítulos que seguem, pretendemos dar conta das considerações iniciais que perpassam cada item e que possivelmente nos apontarão um norte para as reflexões futuras.

2 – DIMENSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nesta dimensão, tratamos da Arquivologia enquanto um campo de conhecimento, que ainda se encontra, segundo Jardim, em franco processo de consolidação. De acordo com Cook (1996 apud JARDIM, 1998), a história do pensamento arquivístico até o século XX, reflete uma interação entre teoria e prática. Podemos, a partir desta afirmação, relacioná-la à articulação necessária existente entre instituições (prática profissional) e ensino (formação profissional). De acordo com as análises de Jardim (2012), a formação e preservação histórica de qualquer instituição ou de suas partes, depende dos registros documentais acumulados ao longo de um determinado período. É a partir deste aspecto que temos como ponto central a necessidade de fomentar a articulação entre ensino, produção e difusão do conhecimento (JARDIM, 2012, p. 136). Aqui temos dois elementos da dimensão teórica que nos são apresentados ao longo do processo de formação em Arquivologia. O primeiro deles diz respeito aos registros documentais acumulados ao longo de um processo histórico, relacionados a uma instituição ou as suas partes. Neste sentido, temos primeiro que recorrer ao entendimento do que seja o Arquivo e da função que cumpre historicamente e a sua relação com a Arquivística e com a Arquivologia. Este aspecto será visto mais a fundo na segunda parte deste trabalho. O segundo elemento está atrelado à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, relação esta fundamental para a compreensão da Arquivologia enquanto campo de formação, de atuação e de investigação, a partir da caracterização do seu objeto, dos seus objetivos e da sua identidade.

Para Thomassen (1996 apud JARDIM, 1998) a formação das novas gerações de arquivistas está marcada por uma série de consequências. A mais expressiva se refere às mudanças ocorridas como produto do avanço tecnológico cujo rebatimento na Arquivologia consistiu na sua conversão em ciência autônoma vinculada ao campo das Ciências da Informação, deixando de ser uma ciência auxiliar da História. Segundo análise do autor, tal autonomia se fez acompanhar de uma necessária interdisciplinaridade tanto no ensino, a partir de então, gradativamente em conformidade com as Ciências da Informação, quanto na pesquisa arquivística, o que exige uma

reprofissionalização do arquivista (THOMASSEN, 1996 apud JARDIM, 1998).

O autor caracteriza como *anomalia* a mudança paradigmática ocorrida na Arquivologia conduzida pelo desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação e faz a seguinte ponderação:

Em nosso caso, o assombroso desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu origem a novas ideias, as quais, num certo ponto, não podem ser ignorados às tradições existentes (...). No início dos anos 1980 ficou claro que os computadores afetariam tremendamente o mundo arquivístico, mas a maioria dos arquivistas ainda considerava o computador como uma simples ferramenta técnica (THOMASSEN, 1999, p. 7 apud FONSECA, 2005, p. 58).

Considerando as análises de Ribeiro (2002), foi na segunda metade do século XIX que a *Arquivística*⁴ deu início ao seu processo de consolidação como uma área profissional, estando, todavia, atrelada à História como uma “ciência auxiliar”, só alcançando a sua *autonomização disciplinar* nas últimas décadas do século XIX. Essa mudança de direcionamento e de concepção da Arquivística foi inaugurada a partir da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, em 1898, que, segundo a autora,

(...) constitui o marco a partir do qual a *Arquivística* deixa de se configurar como um saber auxiliar da ciência histórica para encetar uma progressiva afirmação como disciplina de cariz marcadamente técnico, embora sem deixar de continuar a estar marcada pela matriz historicista (RIBEIRO, 2002, p. 99, grifos nossos).

O aparecimento de novos suportes de informação e os novos meios de comunicação ocorreram, de acordo com Ribeiro, graças ao avanço tecnológico

4 A autora trabalha com o mesmo conceito de Arquivística e Arquivologia sugerido pelo Dicionário de Terminologia Arquivística elaborado pelo Núcleo da Associação dos Arquivistas Brasileiros de São Paulo, que define arquivística como “disciplina – também conhecida como Arquivologia – que tem por objeto o conhecimento da natureza dos arquivos e das teorias, métodos e técnicas a serem observados na sua constituição, organização, desenvolvimento e utilização” (1996), sem haver, portanto, distinção entre um conceito e outro. Neste trabalho, apropriar-nos-emos dos conceitos de Arquivística e Arquivologia de forma distinta, de acordo com o Dicionário de Termos Arquivísticos do Arquivo Nacional (1992) conforme expresso em páginas anteriores.

e acarretaram, por consequência, maior produção documental, fato que se apresenta como um dos maiores desafios para a *avaliação, seleção e eliminação dos documentos* (RIBEIRO, 2002).

Nas análises do pensamento dominante de início do século XX, Fonseca (2017) afirma que os grandes teóricos britânicos defendem, ainda nos tempos atuais, a naturalidade da acumulação arquivística. Tal naturalidade é descrita a partir das definições de Duranti (1994 apud FONSECA, 2017, p. 56), que estabelece as características dos registros arquivísticos:

(...) Os registros arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados naturalmente nas administrações, em função dos seus objetivos práticos. Os registros arquivísticos se acumulam de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificação geológicas, isto os dota de um elemento de coesão espontânea, embora estruturada (organicidade). (DURANTI, 1994 apud FONSECA, 2005, p. 56).

A partir deste aspecto, Fonseca (2005, p. 57) destaca duas abordagens consideradas predominantes no estudo e reflexão acerca do conhecimento ou do saber arquivístico: uma que sinaliza, na contemporaneidade, *o momento de uma mudança de paradigma*, e outra, que *identifica a sua inserção* em uma nova roupagem, neste sentido a autora se refere à Pós-Modernidade. Trata-se de duas abordagens que não se excluem, ao contrário, complementam-se direcionando para novos caminhos a estrutura da disciplina arquivística e a forma como a Arquivologia avança no seu reconhecimento enquanto “área do saber” autônoma.

Segundo Jardim (2015) que a Arquivologia, considerando-se os seus elementos fundantes, é marcada intensamente pelas características nacionais do Estado Moderno Europeu (JARDIM, 2015, p. 20). Podemos ter pontos em comum relacionados à construção dos aparatos administrativos de Estado criados no contexto europeu do século XIX, não obstante, há em seu desdobramento especificidades que acompanham o aspecto histórico-cultural dos diversos países, o que significa afirmar que o conhecimento arquivístico não se assentou, em seu desenvolvimento, em um projeto universalizante, ao

contrário, caracterizou-se enquanto um *conjunto de respostas ao Estado Nacional emergente* (JARDIM, 2015, p. 20). É comum, de acordo com o autor, identificarmos na literatura arquivística termos como “Arquivologia francesa”, “Arquivologia canadense”, “Arquivologia brasileira” e assim por diante. Em suma, *as circunstâncias histórico-sociais de cada país resultaram em diferentes formas de institucionalização da Arquivologia desde o século XIX* (JARDIM, 2015). Nesta perspectiva, Ribeiro (2002) assinala que a partir da década de 1970 as preocupações teóricas se fizeram mais presentes em escritos originários de diversos países.

No que se refere à teorização, Ribeiro cita os teóricos Cario Laroche (1971) e Michel Duchein (1977) como principais expoentes franceses. Ao longo da década de 1980 as produções teóricas nos EUA se situaram na questão da cientificidade da Arquivística, por meio da Revista *American Archivist*, e no Canadá, considerando as duas últimas décadas, tem-se uma significativa produção de natureza teórica, tanto a partir das compilações de estudos quanto de obras individuais, a citar os teóricos Terry Eastwood (1992), Jean-Yves Rousseau e Carol Couture (1994). A autora afirma que *desde a Itália à Espanha e à Grã-Bretanha, passando pela Austrália e pela América Latina, assistimos a uma proliferação de escritos de Arquivística* (p.100), onde as questões de natureza teórica passam a ser o produto da mudança de paradigma em curso no âmbito da disciplina.

Em suas reflexões, Matos (2018) faz um “balaço histórico” dos aspectos que constituíram o campo estruturado e orgânico do conhecimento arquivístico destacando como um marco inicial o “Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses”, publicado em 1898 (p. 22). Nas palavras da autora, trata-se de um referencial que *considera elementos essenciais para a configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto das conjunturas históricas e geográficas de seu estabelecimento. Porém, não há menção da intenção de codificação de um campo do conhecimento* (MATOS, 2018, p. 22).

Matos (2018) retoma as inflexões ocorridas no interior da profissão, demarcadas pela passagem da “disciplina enquanto um *saber de Estado*” (instaurado entre os séculos XVI e XVII – os chamados ‘arquivos de Estado’) para uma “disciplina autônoma”, girando entre os séculos XIX e XX. As

mudanças identificadas a partir do contexto da Modernidade, contexto este que introduziu a Arquivologia no cerne da 'esfera política', atrelada aos interesses do Estado, pôs em relevo a necessidade de racionalidade na gestão do Estado e a construção de um 'saber arquivístico' (FONSECA, 2005 apud MATOS, 2018). Em outros termos, Jardim (2015 apud MATOS, 2018) aponta para uma dicotomia entre a teoria – saber arquivístico – e a prática – esfera política. Outro aspecto das inflexões consiste na introdução da perspectiva positivista que conferiu aos arquivos uma preocupação com os estudos históricos. Este direcionamento está, conforme demonstra Matos, voltado para uma concepção de instituição arquivística que a define como *órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública* (MATOS, 2018, p. 26).

A autora amplia os contornos da sua abordagem enfatizando os campos de pesquisa na área da arquivologia, principalmente aqueles que implicam na atuação das instituições arquivísticas e no avanço da produção do conhecimento em arquivologia. Para o estudo da história dos arquivos e do conhecimento arquivístico, Matos lança mão das abordagens cronológicas dialogando com os autores Couture, Martineau e Duchein, destacando-se a história das instituições arquivísticas e o desenvolvimento dos princípios e fundamentos da arquivologia (MATOS, 2018, p. 24).

Em momento posterior, a autora trata do conceito de arquivo utilizando-se dos principais dicionários de terminologia arquivística e do entendimento construído acerca das instituições arquivísticas. Pelo direcionamento teórico e ideológico dado à matéria, tem-se uma definição que a autora incorpora ao conjunto das concepções desenvolvidas em sua reflexão. O arquivo é *a instituição (...) que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos* (ARQUIVO NACIONAL, 2005 apud MATOS, 2018, p. 27).

São destacadas, no período atual, as duas visões que predominam nas pesquisas e construções teóricas acerca do conhecimento em arquivologia, senão, vejamos: uma que afirma uma mudança de paradigma no contexto atual e, por outro lado, outra concepção que identifica a pós-modernidade como um novo momento no qual o conhecimento arquivístico já se encontra imerso. Os pontos de intersecção entre ambas estão na proposta de mudanças de monta

na estrutura da arquivologia enquanto disciplina e o *deslocamento do seu objeto de estudo, passando-se do arquivo para a informação arquivística* (MATOS, 2018, p. 27 p. 27).

No artigo intitulado *A História e os arquivos: anotações à margem dos documentos*, a partir da leitura crítica acerca do discurso histórico e sobre o modelo de conhecimento que põe em evidência a relação entre uma tradição historiográfica e a dependência da pesquisa em arquivos, a autora Heynemann (2009) leva em conta as mudanças ocorridas na Arquivologia e seu consequente trabalho de distanciamento da História em favor da análise dos processos e da forma, em um universo compreendido pelas tecnologias da informação. A autora ainda analisa a relação entre as duas disciplinas a partir da memória e suas decorrências, entre o risco do esquecimento e o culto ao passado.

A autora prossegue tomando como referência a resenha do arquivista Terry Cook publicada no final da década de 1970 acerca da historiografia canadense. Nela, Cook recupera com vigor a perspectiva que mantém a proximidade entre Arquivologia e a História.

O referido teórico não desconsidera a possibilidade da permanência do diálogo entre as duas ciências. Ao contrário, coloca-se atento à postura radical existente na Arquivologia que consiste na reafirmação de uma tendência vinculada à memória e à história e outra atrelada à tecnologia e gestão da informação e de uma relação inconciliável entre ambas. O perigo desse procedimento está, segundo Cook, na desconstrução de todo um processo de reivindicações no interior da Arquivologia capitaneado pelos arquivistas na conquista de uma solidez profissional. Podemos identificar, nessa perspectiva, um posicionamento em que se coloca a História e a Tecnologia da Informação na condição de saberes complementares se tratando de dois pilares fundamentais da Arquivologia.

Nas últimas décadas, tem-se evidenciado um grande avanço da Arquivologia fomentado pela apropriação das tecnologias da informação, sendo esta utilizada enquanto instrumento metodológico a fim de se chegar ao que o autor intitula de “perspectiva pós-custodial”, cujo arcabouço atravessa conceitos que conferem à disciplina a formação da sua própria identidade. São

eles, o princípio da proveniência e todo um processo de geração e gestão da informação. Considerando-se tais inflexões, tem-se, na Arquivologia Moderna e Contemporânea, uma alteração significativa de paradigma, que sobrepõe a técnica ao momento histórico, ou seja, à tecnologia da informação aos acervos. Em contraponto, a autora volta ao contexto da modernidade para afirmar, com base nas concepções de Cook, uma relação dialética entre a Arquivologia e a História, ora de aproximação ora de distanciamento, de ruptura e de permanência, situada no campo mais geral da realidade, sendo esta, o *locus* das estruturações do pensamento contemporâneo.

Heynemann (2009) destaca a crise de representação que ocorrera no referido contexto com os seus rebatimentos,

(...) no modo como os historiadores viriam a se relacionar com os arquivos, uma vez que a crise da modernidade caminha em conjunto com a crise da história, com a crença na capacidade explicativa de seu discurso e que se estruturou, em larga medida, sobre os arquivos, sobre a pretensão de uma totalidade e da existência de uma instância de realidade que viria a sofrer inúmeras inflexões (HEYNEMANN, 2009, p. 61).

A autora se apropria também das ideias de Falcon (2002), Foucault (1995) e Lévi-Strauss (1997) para traçar uma caracterização da História e desta atrelada ao Arquivo.

Falcon (2002) parte da concepção de crise da representação iniciada no período moderno e, a partir desse contexto, a afirmação do texto histórico como um *artefato linguístico elaborado segundo princípios literários que remetem às estruturas da narrativa (...)* (FALCON, 2002 apud HEYNEMANN, 2009, p. 61-62). Na concepção foucaultiana, duas características marcantes estão presentes na História: a sua subordinação à figura de um sujeito que detém o conhecimento, e que portanto, faz uso da mesma a partir do seu ponto de vista e do conjunto de informações que reúne em seu intelecto, e outra, bem próxima a esta, está na sua dimensão discursiva que se traduz em uma expressão de poder. A partir de então, tem-se o entendimento de massa documental como um discurso, um *tecido documental*, manipulado pelo

historiador que por sua vez, estabelece *cortes, classificações e séries...* (FOUCAULT, 1995, apud HEYNEMANN, 2009, p. 63). Aqui podemos identificar um afastamento, tanto da História quanto da concepção de Arquivo, da noção de Memória e uma aproximação à ideia de gestão documental. Em Lévi-Strauss temos a caracterização dos Arquivos enquanto algo sagrado, quando o mesmo estabelece uma comparação entre documentos e amuletos. resguardadas as especificidades do Arquivo, o autor afirma que,

(...) a virtude dos arquivos é a de nos colocar em contato com a pura historicidade [...]. Os arquivos trazem, pois, outra coisa: por um lado, eles constituem o fato em sua contingência radical (visto que apenas a interpretação, que não faz parte dele, pode baseá-lo numa razão); por outro lado eles dão uma existência física à história, pois apenas neles é ultrapassada a contradição de um passado determinado e de um presente onde ele sobrevive. Os arquivos são o ser encarnado da facticidade. (LÉVI-STRAUSS, 1997 apud HEYNEMANN, 2009, p.64).

Uma articulação e o estabelecimento do diálogo entre história, memória e arquivos se fazem possíveis no momento que se expressam os limites das referidas disciplinas. É a partir desse pensamento que a autora retoma a construção do pensamento de Terry Cook, que por sua vez, vê na arquivística as influências de um saber histórico construído ao longo dos tempos de forma articulada ao fato fisicamente expresso em documento, além das *representações de uma dada realidade* (HEYNEMMAN, 2009, p. 64).

Nas considerações iniciais atribuídas a dimensão teórico-metodológica, identificamos no pensamento de alguns autores um traço comum que nos permitem compreender a Arquivologia enquanto área do conhecimento que, ao longo do processo histórico de seu desenvolvimento, passou por importantes inflexões, sendo estas contextualizadas por todos os autores e demarcadas em períodos caracterizados e denominados de “pré-paradigmático”, “paradigmático” e “prós-paradigmático ou pós-moderno”. Ao atravessar todos esses períodos a Arquivologia busca a sua definição enquanto disciplina autônoma, não totalmente desvinculada da História, mas deixando de assumir o papel de área subordinada. Afirmamos que um dos dispositivos do saber

arquivístico que define a sua identidade se constitui na sua condição enquanto disciplina específica e área de conhecimento cuja materialização se expressa nas grades curriculares dos cursos de graduação das universidades públicas dos vários países.

2.1 – A formação profissional em Arquivologia

Podemos assinalar como dispositivo teórico-metodológico para a afirmação de uma identidade em Arquivologia a sua constituição enquanto disciplina e um conjunto de princípios, diretrizes e saberes que regem esta área de forma específica a ser identificado na formação profissional.

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivologia – CONARQ, registra 16 (dezesesseis) cursos de graduação presenciais em Arquivologia:

QUADRO 1: Cursos de Graduação em Arquivologia no Brasil

Instituição	Ano de Criação
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	1976
Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	1976
Universidade Federal Fluminense – UFF	1978
Universidade de Brasília – UnB	1990
Universidade Federal da Bahia – UFBA	1997
Universidade Estadual de Londrina - UEL	1997
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	1999
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	1999
Universidade Estadual Paulista – UNESP / Marília	2002
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	2006
Universidade Federal da Paraíba – UFPB	2007
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	2008
Universidade Federal do Rio Grande – FURG	2008
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG	2008
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	2009
Universidade Federal do Pará – UFPA	2011

Fonte: <http://conarq.arquivonacional.gov.br>. Elaboração própria.

2.1.1 – Diretrizes Curriculares

Enquanto curso de graduação, a Arquivologia é dotada de uma especificidade expressa em suas Diretrizes Curriculares, que, de acordo com a Resolução CNE/CES 20 de 13 de março de 2002, norteiam a construção do seu projeto pedagógico. O mesmo deve explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades de caráter geral e comum e aqueles de caráter específico;
- c) o formato dos estágios;
- d) as características das atividades complementares;
- e) a estrutura do curso;
- f) as formas de avaliação.

(Art. 2º. Resolução CNE/CES 20 de 13/03/2002)

Tem-se, com isso, a definição das seguintes orientações direcionadas aos cursos de graduação em Arquivologia pelo Ministério da Educação:

QUADRO 2: Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Arquivologia

<p>Perfil dos Formandos</p> <p>O arquivista deve ter o domínio dos conteúdos da Arquivologia e estar preparado para enfrentar com proficiência e criatividade os problemas de sua prática profissional, particularmente as que demandem intervenções em arquivos, centros de documentação ou informação, centros culturais, serviços ou redes de informação, órgãos de gestão do patrimônio cultural.</p>
<p>Competências e Habilidades</p> <p>Dentre as competências e habilidades dos graduados em Arquivologia enumeram-se as de caráter geral e comum, típicas desse nível de formação, e aquelas de caráter específico.</p> <p>A) Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificar as fronteiras que demarcam o respectivo campo de conhecimento; • Gerar produtos a partir dos conhecimentos adquiridos e divulgá-los; • Formular e executar políticas institucionais; • Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos; • Desenvolver e utilizar novas tecnologias; • Traduzir as necessidades de indivíduos, grupos e comunidades nas respectivas áreas de atuação; • Desenvolver atividades profissionais autônomas, de modo a orientar, dirigir, assessorar, prestar consultoria, realizar perícias e emitir laudos técnicos e pareceres; • Responder a demandas de informação produzidas pelas transformações que caracterizam o mundo contemporâneo. <p>B) Específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compreender o estatuto probatório dos documentos de arquivo; • Identificar o contexto de produção de documentos no âmbito de instituições públicas e privadas; • Planejar e elaborar instrumentos de gestão de documentos de arquivo que permitam sua organização, avaliação e utilização; • Realizar operações de arranjo, descrição e difusão.
<p>Conteúdos Curriculares</p> <p>Distribuem-se em atividades acadêmicas de formação geral, destinadas a oferecer referências cardeais externas aos campos de conhecimento próprios da Arquivologia, e em atividades acadêmicas de formação específica.</p> <p>A) Conteúdos de Formação Geral:</p> <p>De caráter propedêutico ou não, os conteúdos de formação geral envolvem elementos teóricos e práticos, que forneçam fundamentos para os conteúdos específicos do curso.</p> <p>B) Conteúdos de Formação Específica</p> <p>Os conteúdos específicos ou profissionalizantes, sem prejuízo de ênfases ou aprofundamentos,</p>

<p>constituem o núcleo básico no qual se inscreve a formação de arquivistas. O desenvolvimento de determinados conteúdos como os relacionados com Metodologia da Pesquisa ou com as Tecnologias em Informação, entre outras – poderá ser objeto de itens curriculares.</p> <p>As IES podem adotar modalidades de parceria com outros cursos para:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ministrar matérias comuns; • Promover ênfases específicas em determinados aspectos do campo profissional; • Ampliar o núcleo de formação básica; · complementar conhecimentos auferidos em outras áreas.
<p>Estágios e Atividades complementares</p> <p>Mecanismos de interação do aluno com o mundo do trabalho em sua área, os estágios são desenvolvidos no interior dos programas dos cursos, com intensidade variável segundo a natureza das atividades acadêmicas desenvolvidas, sob a responsabilidade imediata de cada docente.</p>
<p>Estrutura do Curso</p> <p>Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das atividades acadêmicas obrigatórias e optativas e a organização modular, por créditos ou seriada.</p>
<p>Conexão com a Avaliação Institucional</p> <p>Os cursos deverão criar seus próprios critérios para a avaliação periódica em consonância com os critérios definidos pela IES à qual pertencem, esclarecendo as ênfases atribuídas aos aspectos técnico-científicos; didático-pedagógicos e atitudinais.</p>

Fonte: <http://portal.mec.gov.br>. Elaboração própria.

Cabe mencionar que tais Diretrizes Curriculares definidas pelo Ministério da Educação para os cursos de graduação em Arquivologia configuram-se como um passo importante na reafirmação da Arquivologia enquanto disciplina autônoma, além de serem um referencial para os cursos de graduação na adequação e flexibilização de seus currículos e na construção de seus projetos pedagógicos (NETO, 2016, p. 10), todavia possui um escopo voltado para os interesses do mercado de trabalho, sem enfatizar as necessidades oriundas das transformações no mundo contemporâneo, principalmente nos campos informacionais, culturais, econômicos, políticos e científicos. Limita-se ao bom preparo dos profissionais em Arquivologia em uma perspectiva pragmática, não contemplando, portanto, os elementos inerentes às dimensões neste trabalho discutidas: a interlocução entre teoria e prática e, conseqüentemente, entre universidade e espaços sócio ocupacionais, as atribuições profissionais situadas tanto no campo da gestão de documentos e da informação, quanto na preservação da memória social e na garantia de direitos de acesso à informação dos usuários de seus serviços; a produção de conhecimento em Arquivologia, a postura ética na prática profissional e a atuação interdisciplinar. Uma vez que às universidades é facultado o direito de desenvolvimento do seu projeto político pedagógico de acordo com o seu perfil, conferindo-lhes autonomia, há que se considerar, a necessidade de reformulação e de revisão curriculares dos

cursos de Arquivologia das Universidades do Brasil, com vistas a atualizarem as suas grades curriculares de acordo com as transformações ocorridas, não somente no mundo do trabalho, como também, em uma escala mais ampla, nas várias esferas de atuação e de vida do profissional.

Vejamos, abaixo, de forma resumida, os anos e o teor das alterações nos cursos das quatro universidades aqui estudadas:

QUADRO 3: Reformulação Curricular dos Cursos de Graduação em Arquivologia

Universidade	Alterações
UFSM	1977, 1979, 1981, 1994 e 2004
	<p>As reformulações curriculares ocorreram <i>considerando as novas realidades que circundam o fazer profissional do arquivista, visando a adequação na formação profissional às expectativas institucionais e empresariais</i> (CASTANHO, RICHTER, GARCIA, 2002, p. 30 apud LIMA, 2004⁵). A Reforma Curricular do ano de 2004 teve como objetivo, especificamente,</p> <p style="padding-left: 40px;">propor disciplinas com conteúdos elencados para a formação de um profissional humano, crítico, em condições de interagir na sociedade, de modo a preencher a lacuna existente entre a construção do conhecimento e sua difusão; formar um profissional ciente da responsabilidade do gerenciamento da informação arquivística e de seu papel frente a democratização da informação (CASTANHO; SILVA, 2011, p.287 apud LIMA, 2014⁶).</p>
UNIRIO	1974, 1979, 1984, 1986, 1991, 2007, 2013
	<p>Até o ano de 1991 as reformas curriculares eram restritas às orientações do Conselho Federal de Educação que estabelecia o Currículo Mínimo, cujas prioridades se situavam mais na formação técnica e profissional e menos nas questões referentes à reflexão e à pesquisa arquivística. A Reforma Curricular de 1991 apresentou mudanças mais expressivas com relação às anteriores. Dentre outras alterações, podemos sinalizar maior ênfase à pesquisa por meio da definição do tempo estabelecido para a elaboração da monografia e da implementação de outras disciplinas ligadas à área, o aumento da integralização do curso e da carga horária prática do curso com aulas em laboratório. Em 2007 ocorreram alterações significativas na estrutura do curso. A Reforma Curricular consistiu na flexibilização curricular para a definição da estrutura do curso, conferindo alterações de ordem prática: redução dos pré-requisitos e das disciplinas obrigatórias, aumento das disciplinas optativas e alterações na composição da carga horária, além da inclusão das atividades complementares. Preocupou-se, também, em um nível mais amplo, com a mudança de perspectiva do curso, deixando de ser prioritariamente técnico e passando a enfatizar mais o caráter humanístico e crítico, conferindo ao curso uma perspectiva mais</p>

5 Fonte: https://www.academia.edu/34898196/AS_DIRETRIZES_CURRICULARES_E_A_FORMA%C3%87%C3%83O_DO_ARQUIVISTA_NA_UNIVERSIDADE_FEDERAL_DE_SANTA_MARIA

6 Fonte: Idem.

	social. No ano de 2013 houve o ajuste curricular com base em Resoluções da UNIRIO, sendo incluídas no currículo, novas disciplinas (LIBRAS, Cultura Afro-Brasileira, Educação Ambiental e Cidadania), investindo na formação de profissionais capazes de refletir criticamente sobre o seu fazer diante das perspectivas da sociedade atual, fruto de um processo histórico-cultural. (Fonte ⁷).
UnB	2002
	<p>A proposta da Reformulação Curricular de 2002 foi apresentada por um grupo de professores do Curso de Arquivologia da UnB ao MEC sendo o resultado das <i>discussões e reflexões referentes à formação profissional dos arquivistas, das estruturas curriculares dos cursos de graduação em Arquivologia e das perspectivas abertas com as novas diretrizes curriculares</i> (OLIVEIRA <i>et al</i>, 2002, p. 40). A Reforma Curricular proposta tem como objetivo,</p> <p style="padding-left: 40px;">(...) formar profissionais criativos e críticos, habilitados a compreender e interpretar os documentos e as informações em sua multifacetariedade como produtos de relações sociais. E por permitir desvendar aspectos dessa mesma sociedade que a Arquivística, em última análise, se justifica como disciplina do conhecimento OLIVEIRA <i>et al</i>, 2002, p. 41).</p>
UFF	1993, 2007
	<p>A primeira Reformulação Curricular ocorreu no ano de 1993 e promoveu alterações em disciplinas como a de estágio supervisionado, em sua carga horária, e arquivos médicos, sendo esta substituída pelo trabalho de conclusão de curso (SOUZA, 2016, p.18).Na Reforma Curricular de 2007,</p> <p style="padding-left: 40px;">(...) procurou-se uma integração ainda mais significativa entre Arquivologia e Biblioteconomia, expressão das reflexões e pesquisas do corpo docente do Departamento e das novas tendências na formação profissional (NETO, 2016, p. 25).</p>

Fonte: Elaboração Própria

2.1.2 – Grade Curricular

Analisaremos, como desdobramento do item anterior, a grade curricular dos cursos de Arquivologia de quatro universidades federais do Brasil com o fim de destacar, no universo das disciplinas ofertadas, aquelas relacionadas especificamente à Arquivologia, ao Arquivo, ao Documento Informacional ou Arquivístico e à Informação. São elas: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). O critério

7 Fonte: <http://www.unirio.br/arquivologia/historico-do-curso-de-arquivologia-na-unirio> .

metodológico de escolha de somente quatro Instituições de Ensino Superior – IES dentre o universo de dezesseis universidades ocorreu mediante a observância das quatro primeiras instituições apresentadas na Tabela 1 a fundarem o curso de Arquivologia. Sinalizamos que todas as informações referentes às disciplinas apresentadas, bem como ementas e matrizes curriculares foram retiradas dos sites das respectivas (IES).

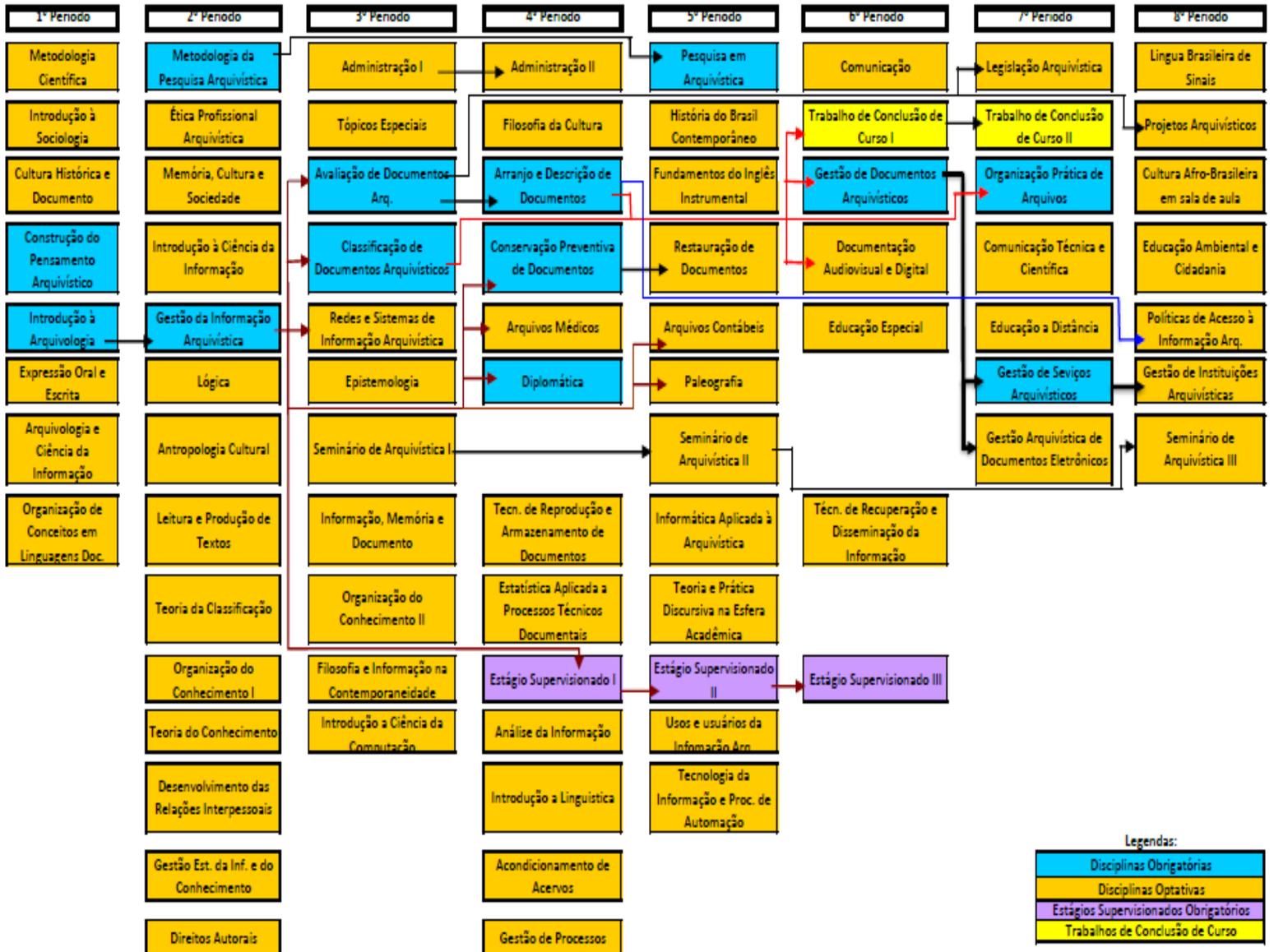
A) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

As disciplinas do curso de Arquivologia da UNIRIO estão distribuídas no fluxograma abaixo da seguinte forma:

FIGURA 1: Fluxograma de disciplinas do Curso de Graduação de Arquivologia da UNIRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO
 Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
 Escola de Arquivologia – EA

Desenho Curricular do Curso de Bacharelado em Arquivologia - Versão Curricular 2013
 *RESOLUÇÕES UNIRIO Nº 4032 DE 09/01/2013, Nº 4033 DE 09/01/2013, Nº 4244 DE 17/10/2013



Fonte: <http://www.unirio.br/arquivologia/matriz-curricular>

O curso mantém como obrigatórias 13 (treze) disciplinas, privilegiando, especificamente, aquelas relacionadas diretamente à Arquivologia, aos Arquivos e ao Documento Arquivístico. São elas:

QUADRO 3: Disciplinas Obrigatórias do Curso de Arquivologia – UNIRIO

Construção do Pensamento Arquivístico
Introdução à Arquivologia
Metodologia da Pesquisa Arquivística
Gestão da Informação Arquivística
Avaliação de Documentos Arquivísticos
Classificação de Documentos Arquivísticos
Arranjo e Descrição de Documentos
Conservação Preventiva de Documentos
Diplomática
Pesquisa em Arquivística
Gestão de Documentos Arquivísticos
Organização Prática de Arquivos
Gestão de Serviços Arquivísticos

Fonte: <http://www.unirio.br/arquivologia/matriz-curricular>. Elaboração Própria

Importante destacar que todas as outras disciplinas voltadas para História, Memória, Administração e Ciência da Informação são oferecidas como disciplinas optativas. Este fato nos revela uma preocupação da instituição em consolidar uma formação profissional mais voltada para os saberes arquivísticos, todavia, sem perder de vistas, por um lado, as transformações que se processam na atual sociedade da informação e por outro, as suas bases construídas inicialmente no campo da História. Este quadro também nos remete às já apresentadas afirmações de Cook (1998 apud HEYNEMMAN, 2009) cuja perspectiva conforma tanto a História quanto a Ciência da Tecnologia enquanto saberes complementares da Arquivologia, transformando-as em seus dois pilares.

B) Universidade Federal Fluminense (UFF)

O curso de Arquivologia da UFF possui o seguinte objetivo:

(...) formar profissionais capazes de gerenciar a informação registrada em qualquer formato ou suporte, produzida em função das atividades de organizações públicas, privadas e de pessoas físicas, capacitando-as para planejamento, organização e coordenação de serviços e instituições arquivísticas.

(http://iacs.sites.uff.br/graduacao_arquivologia).

A partir das colocações acima consideraremos a Matriz Curricular definida pela universidade em 14/01/2003.

O curso é composto por 37 (trinta e sete) disciplinas obrigatórias, sendo 28 (vinte e oito) relacionadas aos conteúdos de Arquivologia, Documento e Informação e 9 (nove) relacionadas aos conteúdos complementares básicos, conforme o quadro abaixo.

QUADRO 4: Disciplinas Obrigatórias do Curso de Arquivologia – UFF

Fundamentos Teóricos em Informação I
Metodologia da Pesquisa I
Fundamentos Arquivísticos I
Introdução à Filosofia
Oficina de Textos
Fundamentos Teóricos em Informação II
Análise de Documentos
Fontes de Informação Gerais e Especializadas
Gestão de Unidades de Informação
Fundamentos Arquivísticos II
Representação da Informação
Aspectos Legais dos Processos Informacionais
Serviços de Referência e Informação I
Gestão de Documentos I
Língua Estrangeira Instrumental I
Análise Documentária e Recuperação da Informação I
Normas Padronizadas de tratamento e Recuperação da Informação
Tecnologias da Informação
Diplomática I
Gestão de Documentos II
Classificação de Arquivos
Linguagens Documentárias Notacionais
Políticas Informacionais
Diplomática II
Estatística Geral
Gestão de Instituições e Serviços Arquivísticos
Laboratório de Linguagem Documentária Verbal I
Preservação e Conservação de Acervos Documentais
Metodologia da Pesquisa II
Avaliação de Documentos
Trabalho de Conclusão de Curso I
Ética e Informação
Reprodução de Documentos
Arquivos Permanentes
Sociologia da Burocracia
Descrição Arquivística
Trabalho de Conclusão de Curso II - Monografia

Fonte: <https://app.uff.br/iduff>. Elaboração própria

Interessante observarmos que das 28 (vinte e oito) disciplinas obrigatórias relacionadas aos conteúdos específicos de Arquivologia, Documento e Informação, tem-se na composição curricular uma ênfase muito maior nos conteúdos voltados para a informação, totalizando 12 (doze) disciplinas, considerando as suas nomenclaturas. As demais são voltadas para a Arquivologia e Arquivos (3, propriamente, sendo 2 – Fundamentos Arquivísticos I e II e 1 – Arquivos Permanentes) e Gestão de Documentos (7).

Nota-se no curso de graduação em Arquivologia da UFF uma perspectiva consideravelmente voltada para a Ciência da Informação, em detrimento às relacionadas aos conteúdos de História (Geral, do Brasil e disciplinas correlatas), Memória e Administração. Estas disciplinas não constam no quadro de disciplinas optativas.

C) Universidade de Brasília (UnB)

O curso de graduação em Arquivologia possui uma grade curricular dispondo de 28 (vinte e oito) disciplinas obrigatórias. Dentre este universo, 13 (treze) são voltadas para os conteúdos de Arquivologia, Arquivo, Documento e Informação, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 5: Disciplinas Obrigatórias do Curso de Arquivologia – UnB

Análise da Informação
Arquivo Corrente 1
Arquivo Corrente 2
Arquivo Intermediário
Arquivo Permanente
Conservação e Restauração de Documentos
Diplomática e Tipologia Documental
Estágio Supervisionado 1
Estágio Supervisionado 2
História Social e Política do Brasil
Informática Documentária
Instituições de Direito Público e Privado
Introdução ao Estudo da História
Introdução à Administração
Introdução à Arquivologia
Legislação Administrativa
Planejamento e Gestão de Instituição Arquivística
Projeto de Implantação de Sistemas Arquivísticos
Inglês Instrumental 1
Língua Espanhola 1
Prática do Francês Oral e Escrito 1

Fonte: <http://arquivologia.fci.unb.br/index.php/manual-do-curso>

Trata-se de um curso que mantém uma grade curricular equilibrada, contendo tanto disciplinas obrigatórias ligadas à Arquivologia (3), Arquivos (4), Documento (3) e Informação (1), quanto disciplinas relacionadas à História (2) e ligadas diretamente à Administração (4). Nota-se no conjunto de disciplinas optativas (disponível do quadro em anexo) a preocupação com o diálogo interdisciplinar entre a Arquivologia e outras áreas do saber. Neste caso, temos disciplinas voltadas para a Memória, Cinema, Biblioteconomia, Museologia, Ciência Política, Filosofia, Economia e Língua Chinesa.

D) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Por fim, a UFSM mantém um currículo composto por 32 (trinta e duas) disciplinas obrigatórias, sendo 16 (dezesesseis) voltadas para conteúdos específicos de Arquivologia (4), Arquivo (6), Documento (5) e Informação (1). Segue o quadro abaixo:

QUADRO 6: Disciplinas Obrigatórias do Curso de Arquivologia – UFSM

Introdução ao Estudo da Arquivologia
Informação e Linguagens Documentárias
Direito Administrativos
Introdução ao Estudo da História
Introdução à Ciência da Administração I
Introdução à Comunicação
Fundamentos da Arquivística
Noções de Contabilidade
História Social do Brasil
Estatística para Arquivologia
Avaliação de Documentos
Arquivística Aplicada
Gerência de Arquivos I
Bancos de dados Aplicados à Arquivística
Arranjo e Descrição de Documentos I
Gerência de Arquivos II
Conservação Preventiva de Arquivos
Metodologia da Pesquisa
Processamento da Informação Digital
Paleografia
Arranjo e Descrição de Documentos II
Referência e Difusão em Arquivos
Restauração de Documentos
Reprografia
Seminário de Pesquisa I
Projeto de Arquivo
Ética e Legislação Arquivística
Diplomática
Seminário de Pesquisa II
Estágio Supervisionado em Arquivologia
Trabalho de Conclusão de Curso

Fonte: <https://portal.ufsm.br>. Elaboração Própria

Trata-se de um currículo que mantém como disciplinas concentradoras aquelas mais voltadas para a constituição da Arquivologia e do Arquivo, com ênfase, principalmente, nas disciplinas de História e Administração. Com base nas nomenclaturas das disciplinas, a Ciência da Informação não ocupa espaço na grade curricular do curso.

Conforme a exposição das grades curriculares das quatro universidades, destacamos, em primeiro lugar, a autonomia dos cursos cujas disciplinas são

dispostas de formas distintas e variam de acordo com: a particularidade de cada instituição, a realidade vivenciada no processo histórico de constituição do curso em cada uma dessas universidades e as demandas provenientes não só do mercado e trabalho, mas também do perfil do seu quadro docente e discente.

Em sua tese de doutorado, Oliveira (2014)⁸ desenvolve uma importante pesquisa acerca da formação em Arquivologia nas universidades brasileiras. No que se refere aos objetivos comuns das grades curriculares do curso de Arquivologia nas referidas universidades, bem como às especificidades inerentes a cada uma, a autora afirma que,

(...) o ensino de Arquivologia no Brasil sofre influências das características locais e do mundo do trabalho (...). No entanto, sem deixar de priorizar o núcleo de conhecimentos, habilidades e competências que constituem a essência do trabalho arquivístico. Consideramos como características locais que realmente podem influenciar o formato e só objetivos dos cursos de Arquivologia: o mundo do trabalho, a vinculação acadêmica e o perfil docente (OLIVEIRA, 2014, p. 211).

Todavia, podemos observar disciplinas que atravessam se não todas, a maior parte das grades curriculares apresentadas. São elas:

QUADRO 7: Disciplinas Comuns aos Cursos de Arquivologia

Introdução à Arquivologia ⁹
Avaliação de Documentos
Classificação de Documentos
Arranjo e Descrição de Documentos
Conservação Preventiva de Documentos/Arquivos
Diplomática
Gestão da Informação
Gestão de Documentos
Gestão de Serviços/Instituições Arquivísticas

Fonte: Elaboração Própria

8 OLIVEIRA, Flávia Helena. Tese intitulada A Formação em Arquivologia nas Universidades Brasileiras: Objetivos Comuns e Realidades Particulares, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília (UnB) no ano de 2014.

9 Apenas no caso da UFF a nomenclatura não é utilizada, podendo ser identificada disciplina correlata: Fundamentos Arquivísticos I e II.

Afirmamos que as referidas disciplinas compõem a Arquivologia enquanto disciplina autônoma, distinta de todas as outras. Em outras palavras, trata-se de disciplinas que definem a particularidade e a identidade da Arquivologia.

Tem-se a partir dos próximos capítulos, a exposição dos conteúdos que compõem, no conjunto das disciplinas elencadas, o saber arquivístico em suas outras dimensões. Os referenciais teóricos que sustentam as reflexões construídas ao longo da formação profissional serão apresentados na segunda parte deste trabalho, podendo ser a mesma considerada enquanto um desdobramento da dimensão teórico-metodológica que compõe este primeiro capítulo.

2.1.2 – Estágio Supervisionado

É no estágio supervisionado que o aluno do curso de Arquivologia, e de qualquer outro curso que tenha esta etapa como obrigatória e como um dos requisitos à formação acadêmica, tem a possibilidade de aliar a teoria apreendida por meio de um conjunto de disciplinas específicas da área da Arquivologia, à prática exercida pelos profissionais que atuam, principalmente nas instituições arquivísticas, com destaque para o supervisor, sendo este um mediador e um orientador de campo, na condução inicial dos nexos estabelecidos pelos alunos/estagiários. Com relação à matéria, destaco o fragmento de uma análise que consideramos pertinente acerca do estágio supervisionado¹⁰;

O Estágio consiste em uma atividade curricular obrigatória [...] e desempenha um papel estratégico no processo de formação profissional [...], tendo em vista que objetiva aprofundar os conhecimentos obtidos pelo aluno a partir de sua inserção efetiva em campo de estágio. Será o estágio o campo privilegiado para a apreensão do estudante acerca das diversas dimensões da profissão,

10A citação é um fragmento do texto de Fátima da Silva Ortiz, professora adjunta do curso de Serviço Social da UFRJ. O artigo intitulado *Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social* (2010), por mais que seja direcionado a uma área acadêmica específica e de atuação, possui um conteúdo que explicita uma essencialidade interdisciplinar, podendo ser, até certo ponto, uma referência às áreas das ciências sociais aplicadas que têm no estágio supervisionado um dos instrumentos da formação profissional.

bem como, as suas auto implicações internas. Além disso, o estágio tende a favorecer o aluno quanto à percepção crítica da realidade [...]. Enfim, o estágio não se configura em uma atividade complementar para a formação, mas central, uma vez que permite a convergência e o desenvolvimento dos diversos conteúdos aprendidos em sala de aula, os quais muitas vezes parecem aos alunos distantes da realidade e desconectados a ela. (ORTIZ, 2010, p. 121).

Considerando as reflexões de Ortiz (2010), podemos compreender o campo de estágio como um espaço ocupacional de atuação do profissional-supervisor e do estagiário, repleto de possibilidades para a realização de um “fazer dialético”, donde teoria e prática se encontram imbricadas de forma a se complementarem e se modificarem mutuamente.

Em todos os cursos de Arquivologia, o estágio supervisionado é uma condição para a formação do aluno, tornando-se, portanto, disciplina obrigatória que compõe a grade curricular, todavia, as orientações referentes à quantidade de horas mínimas a serem cumpridas e a metodologia aplicada pelos supervisores acadêmicos (docentes responsáveis pela disciplina) variam em cada instituição de ensino superior. Abaixo temos um quadro demonstrativo da disciplina Estágio Supervisionado referente as quatro universidades analisadas:

QUADRO 8: Disciplina Estágio Supervisionado nos Cursos de Arquivologia

Ítems	UNIRIO	UFF	UnB	UFSM
Carga Horária	360 h	120 h	240 h	225 h
Modalidade	Não Presencial	Não Presencial	Não Presencial	Não Presencial

Fonte: Elaboração Própria

Nota-se que a carga horária exigida pelas coordenações dos cursos de Arquivologia das quatro universidades diferem entre elas, o que podemos imaginar estar relacionado à autonomia conferida às coordenações no que diz respeito à definição do seu currículo. Com relação à modalidade, a disciplina possui um professor responsável, denominado supervisor acadêmico cuja atribuição consiste em acompanhar o aluno estagiário. Não se trata de uma disciplina presencial, uma vez que os alunos regularmente inscritos na disciplina e inseridos em um campo de estágio apenas entregam os seus

relatórios de atividade de estágio ao final do período letivo¹¹. No caso da UFSM os alunos estagiários se encontram eventualmente com os seus supervisores acadêmicos para orientação, possuindo, no atual semestre, dezoito turmas distribuídas entre distintos professores responsáveis pelas diferentes áreas de atuação do aluno em seu campo de estágio.

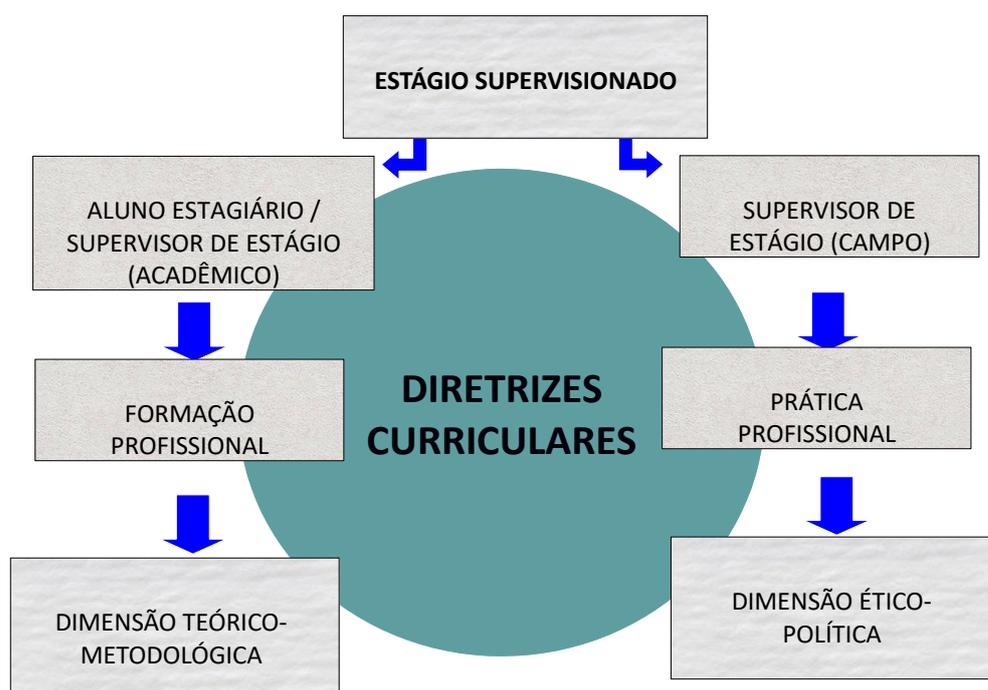
Com relação ao estágio supervisionado, propomo-nos a tecer algumas ponderações que entendemos serem pertinentes no atual contexto para a formação profissional em Arquivologia.

A partir do que nos apresenta Ortiz (2010) a respeito do estágio supervisionado, faz-se necessário compreender esta disciplina como ponto central da formação profissional, uma vez que está pautada no diálogo entre a teoria e a prática, sendo um momento crucial de capacitação do aluno para a sua futura inserção no mundo do trabalho como arquivista. As Diretrizes Curriculares podem ser consideradas como um dispositivo primordial que fundamenta as atribuições do supervisor (sendo este compreendido enquanto um sujeito singular) e do aluno estagiário (que em seu conjunto pode ser compreendido enquanto sujeito coletivo, haja vista o quantitativo de alunos (as) que se formam nos cursos de Arquivologia de todo o Brasil) conferindo ao Estágio Supervisionado o papel de uma disciplina que perpassa por uma formação comprometida com os princípios da profissão, dentre eles o direito do acesso à informação pelos seus usuários.

Diante dessas colocações, podemos pensar o Estágio Supervisionado a partir de duas dimensões: teórica-metodológica e ético-política, conforme o demonstrativo abaixo:

11 Informações obtidas junto às secretarias do curso de Arquivologia da UFF (Rodrigo); UnB (Thaís) e UFSM (Thaís) no dia 14 de maio de 2019 entre 13h46 min às 14h06 min por meio de contato telefônico.

Figura 2: Dimensões da Disciplina Estágio Supervisionado



Fonte: Elaboração Própria

Levando em conta o desenvolvimento histórico da Arquivologia, devemos destacar a supervisão de estágio (acadêmica e de campo) a partir da sua funcionalidade estratégica, principalmente para o exercício profissional, pondo em relevo o caráter político que lhe é imanente. Tal posicionamento seria uma resposta às profundas transformações no mundo informacional que engendram as novas tendências inerentes à produção e preservação do documento, com fortes impactos na Arquivologia.

A compreensão da dimensão política da supervisão de estágio perpassa pela relação mútua estabelecida entre o supervisor e os organismos políticos da categoria profissional (algo que será discutido mais à frente) cuja funcionalidade consiste na construção de um perfil profissional que reafirme não somente a identidade, mas também a legitimidade da Arquivologia enquanto profissão e área do saber autônoma.

Seguem, nas próximas páginas, as reflexões acerca da dimensão técnico-operativa, que diz respeito à prática profissional do Arquivista e ao instrumental utilizado no seu trabalho cotidiano, cuja fundamentação se encontra imbricada aos elementos constitutivos da dimensão teórico-metodológica.

3 – DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

Esta dimensão está diretamente relacionada ao conceito de Arquivística. Sendo, neste trabalho, a mesma considerada como elemento distinto da Arquivologia, voltamos à definição sugerida pelo Dicionário de Termos Arquivísticos elaborado em 1992 pelo Arquivo Nacional (apud JARDIM, 1998), que consiste no entendimento da Arquivística enquanto um conjunto de técnicas e métodos a serem observados e aplicados na *produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos*. Esta definição demarca uma mudança de direcionamento, ou melhor, de paradigma ocorrida na Arquivologia enquanto profissão.

Como mencionado nas primeiras páginas desse estudo, faz-se importante observarmos a publicação em 2005, do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, que, embora represente um instrumento de grande monta *para a normalização conceitual das atividades inerentes ao fazer arquivístico* (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 5), é insuficiente na definição conceitual de Arquivologia, sendo esta compreendida como *disciplina que estuda as funções do arquivo (2) e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos (1)* (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p.37). Conforme consta no dicionário, *Arquivística e Arquivologia* podem ser entendidas como sinônimos, no entanto, o mesmo deixa lacunas no que diz respeito às explicações inerentes à Arquivística. Neste aspecto, o Dicionário de 1992 não deixa a desejar com relação à definição de uma e de outra.

A autora Ribeiro (2002), cujo entendimento a respeito de *Arquivística e Arquivologia* está em consonância com o Dicionário de 2005, desenvolve um estudo interessante e crítico acerca do paradigma dominante na *Arquivística* que teve os seus avanços entre os séculos XIX e XX. Tal paradigma é intitulado de histórico tecnicista, caracterizado pela existência de um Arquivo Nacional (*National Archives*), compreendido pela autora enquanto um *organismo coordenador da política arquivística a nível de um país que uniformiza procedimentos com vista a uma aplicação generalizada aos vários serviços sob tutela estatal* (RIBEIRO, 2002, p. 98).

Ribeiro destaca a necessidade do enfrentamento aos problemas ocasionados pelo crescimento desenfreado da produção documental, por meio da afirmação de uma nova área de interesse profissional voltada para a administração corrente, que passou a ser conhecida por *records management*. Conforme a autora,

(...) paralelamente aos arquivos ditos históricos, vocacionados para servir a investigação e promover o desenvolvimento cultural, se começa a afirmar no período entre guerras e sobretudo no mundo anglo-saxônico, uma nova área de interesse profissional (...) Embora lidando com a mesma informação dos arquivistas tradicionais, os *records managers* passaram a desenvolver métodos de trabalho caracterizados essencialmente por um grande pragmatismo e eficácia ao nível da gestão dos documentos correntes. (RIBEIRO, 2002, p. 99).

De acordo com Ribeiro (2009, p.99), a profissão é demarcada pelo conflito entre a visão tradicional, caracterizada pelo paradigma histórico-tecnicista e a visão contemporânea, denominada pela autora de paradigma científico-informacional. Procuraremos situar a referida dimensão no âmbito dos dois contextos refletindo sobre o instrumental técnico-operativo formulado para o atendimento das necessidades impostas. Importante mencionar que tal discussão está diretamente relacionada às dimensões teórico-metodológicas e científico-epistemológicas, uma vez que o novo paradigma se encontra, conforme a autora, *em progressiva afirmação e num contínuo aprofundamento dos seus fundamentos teóricos e epistemológicos* (RIBEIRO, 2002, p. 97).

Trata-se de uma dimensão balizada pelo surgimento da *Records Management* que podemos situar, assim como Ribeiro, no período entre as duas grandes guerras. Criado, especialmente no mundo Anglo-Saxônico, a partir da necessidade de atendimento às demandas ocasionadas pelo crescimento da produção documental, passando a existir de forma concomitante aos arquivos históricos, *vocacionados para servir à investigação e promover o desenvolvimento cultural* (RIBEIRO, 2002, p. 99). Com relação ao acúmulo da massa documental que se evidenciou no referido contexto, a autora afirma que,

A política incorporacionista, responsável pelas concentrações de arquivos sob tutela do Estado, começou a manifestar sinais de crise evidente, designadamente a insuficiência material de instalações e a incapacidade para tratar e tornar acessível a massa de informação resultante das incorporações indo ao encontro dos interesses da investigação histórica (RIBEIRO, 2002, p. 99).

Tendo como objeto de trabalho a informação, os *Records Management* se diferenciavam dos arquivistas tradicionais uma vez que passaram a desenvolver métodos de trabalho dentro de uma perspectiva caracterizada pelo pragmatismo e pelo objetivo da eficácia no que diz respeito à gestão dos documentos correntes. Este aspecto foi definitivo para uma ruptura no interior da Arquivística (RIBEIRO, 2002).

A autora destaca a criação do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) em 1950, como instituição de grande monta para a afirmação da identidade da disciplina que tratou da aproximação dos arquivistas em torno das questões técnicas, situando em segundo plano o desenvolvimento do caris investigativo e do aprofundamento teórico, o que Ribeiro aponta como dimensões essenciais no apoio basilar da técnica que se intencionava implementar naquele momento. Entretanto, somente em 1980 a CIA chegou a ser palco de discussão, protagonizando, no 9º. Congresso Internacional ocorrido em Londres, a importância do caráter da atividade arquivística (RIBEIRO, 2002, p. 100).

O que temos em Ribeiro (2002), portanto, é o estudo da origem e desenvolvimento do modelo histórico-tecnicista, característico do que a autora chama de “Arquivologia Tradicional”, atualmente em “ruínas”, a partir dos fundamentos e pressupostos que a mesma desenvolve por meio de um quadro sinóptico e referencial crítico aqui reproduzido:

QUADRO 9: Quadro sinóptico do Modelo Histórico-Tecnicista

MODELO HISTÓRICO-TECNICISTA	Criação de “Arquivos Históricos” concebidos para conservar, gerir e possibilitar o acesso à documentação, essencialmente de carácter patrimonial, cuja finalidade primeira é a de fonte para a historiografia.
	Exigência de um organismo estatal coordenador da política arquivística voltada, acima de tudo, para as salvaguardas e difusão do património documental
	Consistente fundamentação teórica na noção oitocentista e instrumental de “fundo”, considerando este como objeto da disciplina, uma vez ser entendido comumente como sinónimo de “arquivo” ¹² .
	Princípios ditos “teóricos” baseados na evidência e no pragmatismo – conhecidos como “princípio de respeito pelos fundos” ou “princípio da proveniência” e “princípio da ordem original” – não passíveis de confirmação ou refutação pelo trabalho de investigação científica, uma vez que não se inserem num contexto de teorização cabalmente fundamentado.
	Adoção de pretensas “teorias” como base de opções práticas meramente operatórias, como seja a chamada “teoria das três idades”, a qual tem servido para justificar separações artificiais do todo que são os arquivos, aduzindo a aplicação de técnicas e métodos diferenciados no tratamento da informação de diferentes idades, como se de realidades distintas se trate.
	Valorização da componente técnica de uma forma excessiva, tendendo a confundir operações e procedimentos como, por exemplo, a descrição arquivística com o método da disciplina enfatizando a normalização, numa perspectiva redutora, que muitas vezes provoca desvios grosseiros na própria representação da realidade dos arquivos.
	O “documento” passa a ser elevado a objeto material constitutivo do arquivo, patente nas expressões “gestão documental” ou “ciências documentais”, o que denota uma perspectiva com uma forte carga patrimonialista e historicista que não se ajusta aos novos desafios pela sociedade da informação, em que atualmente se inserem os arquivos ¹³ .

Fonte: Elaborado pela autora

O mesmo modelo é analisado por Fonseca (2005) ao se referir à “Arquivologia Clássica”, termo utilizado por esta autora. Nesta vertente, o objeto da arquivologia consistia no *conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração, sendo o arquivo custodiado (fond d’ archive) por uma instituição arquivística* (FONSECA, 2005, p. 55). Com relação aos objetivos e metodologia, Fonseca afirma que os mesmos são definidos,

(...) a partir da aplicação do princípio da proveniência e de seu desdobramento na ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor, na perspectiva de contribuir para o controle da administração, em geral, e da administração pública em particular, para a preservação da memória e para a garantia de fontes históricas. (FONSECA, 2005, p. 56).

Por outro lado, na perspectiva do novo paradigma, o objeto da Arquivologia desloca-se do “arquivo” para a “informação arquivística”, ou,

12 Grifos nossos.

13 Grifos nossos.

utilizando-se a expressão cunhada pelos canadenses, “informação registrada orgânica” (FONSECA, 2005, p.59). Na concepção de Thomassen (1996), tanto a informação arquivística quanto o seu contexto gerador, referindo-se ao processo de criação dos documentos, podem ser considerados objeto da Arquivologia (THOMASSEN apud FONSECA, 2005, p. 59). Esta duplicidade também pode ser identificada nos níveis de informação contidos em um arquivo, que segundo a autora são dois: a informação contida no documento de arquivo de forma isolada e aquela contida no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma e em sua estrutura revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou (FONSECA, 2005). Há também uma duplicidade nas *entidades fundamentais da Arquivologia*, sendo elas: *o documento individual e suas relações com os processos administrativos geradores* (FONSECA, 2005, p. 59). O objetivo da Arquivologia consiste na manutenção da “qualidade arquivística” presente na *articulação entre a informação e o processo administrativo que o gerou*, extrapolando o objetivo da acessibilidade. Com relação à metodologia, esta se encontra assentada na manutenção e na análise das relações entre os documentos e seus geradores, estabelecendo, mantendo e analisando tanto a autenticidade e a segurança quanto a fidedignidade dos documentos (idem).

Importante mencionar que a gestão de documentos tem o seu espaço único na Arquivística. O momento da gestão se configura na negação da memória enquanto se situa na fase corrente e intermediária do próprio processo. É a partir da fase permanente, ou seja, de guarda ou de custódia, que, nas palavras de Pomian (1992), *os documentos são franqueados e que o passado se torna propriedade de todos e objeto da história* (POMIAN, 1992 apud HEYNEMMAN, 2009, p. 68), e, diga-se de passagem, da própria arquivística, uma vez que a mesma cumpre uma dupla função: primária, de cunho administrativo e secundária, de pesquisa e atendimento aos usuários.

Uma vez que a gestão de documentos está atrelada à existência do arquivo, sendo um elemento fundamental para a administração institucional, partimos da seguinte definição elaborada pelo arquivista espanhol Francisco Fuster Ruíz (1999),

Arquivo é a instituição na qual se reúne um ou mais conjuntos orgânicos de documentos, de qualquer data ou suporte, produzidos, recebidos ou acumulados, como resultado do exercício da função ou da atividade de pessoa ou entidade pública ou privada e que sejam organizados e conservados cientificamente, respeitando sua ordem natural, em um depósito que reúna as devidas condições e esteja sob responsabilidade de um profissional capacitado, para servir ao sujeito produtor ou a qualquer pessoa como testemunho da gestão dos atos administrativos e/ou jurídicos ou como informação para fins científicos ou culturais (RUÍZ, 1999, p. 110-111).

Tal definição nos é interessante, pois nela podemos ter, segundo Ruíz (1999), uma compreensão ampla e completa do significado de arquivo, além de ser o produto de uma concepção tripartite, formulada e apresentada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística a partir dos três significados de arquivo, sendo o primeiro, o entendimento do mesmo enquanto um *conteúdo documental*, e como tal, visto enquanto um *conjunto orgânico de documentos produzidos e/ou recebidos no exercício das suas funções por pessoas singulares ou coletivas, por instituições públicas ou privadas*. O segundo significado diz respeito ao *arquivo enquanto instituição*. Neste sentido, tem-se o entendimento de Arquivo como uma instituição cultural onde reúne, conserva, ordena e dissemina os conjuntos orgânicos de documentos para a gestão administrativa, informação, pesquisa e cultura. O terceiro significado diz respeito ao arquivo enquanto espaço físico, local de conservação e de consulta do conjunto orgânico dos documentos.

Esta definição tripartite é criticada por Ruíz (1999), pois a mesma é complexa e destituída de uma precisão do ponto de vista científico no momento em que os elementos apresentados nas três definições são de grande monta para a compreensão do fazer arquivístico e, por este motivo, precisam ser dispostos em uma mesma definição.

Na concepção do autor, torna-se possível a unificação terminológica, uma vez levando-se em consideração os conceitos de: instituição arquivística, o conjunto orgânico de documentos, o depósito documental e, o último, acrescentado pelo autor, o corpo profissional, tendo como elemento o

arquivista cujas atribuições devem estar relacionadas à atividade científica, técnica e administrativa, por meio dos serviços documentais (RUÍZ, 1999, p. 110).

Os elementos que configuram o conceito de arquivo, segundo Ruíz (1999), são:

- Institucional: o arquivo como instituição administrativa, jurídica e científica e as entidades que produzem os documentos e os enviam para os arquivos;
- Documental: conjunto orgânico de documentos recebidos de uma ou mais entidades produtoras;
- Estrutural: depósitos arquivísticos, instalações;
- Pessoal: arquivistas profissionais e seus colaboradores técnicos, especialistas em conservação e difusão documental;
- Cientistas Técnicos: gerenciamento, arquivamento e serviço documental, trabalho de recolhimento, organização, conservação e utilização de fundos. (RUÍZ, 1999, p. 10)

Na definição unificada formulada por Ruíz (1999), apresentam-se todos os elementos identificados, cada qual cumprindo a sua funcionalidade de forma articulada garantindo à Arquivologia, com relação aos arquivos e à sua gestão, aquilo que a diferencia de outras ciências, demarcando a sua especificidade.

Tem-se, na formulação do autor, o arquivo enquanto uma instituição, os documentos como conjuntos orgânicos de uma ou várias entidades produtoras, a(s) entidade(s) produtora(s) de tais documentos, o depósito onde se localizam os arquivos, a gestão arquivística dos documentos, em conformidade com os princípios de cientificidade desta ciência, um conjunto de profissionais capacitados, com formação acadêmica, científica e específica na área.

Após estas colocações, afirmamos que a Gestão de Documentos está inserida neste universo e cumpre um papel preponderante tanto no controle das informações produzidas e registradas pelas entidades produtoras, quanto na administração da massa documental, otimizando e racionalizando os espaços físicos e de guarda dos documentos, somando-se a isso, a facilidade na recuperação das informações, bem como na garantia do seu acesso.

Este capítulo, segue, portanto, considerando, em um primeiro momento, a contextualização da Gestão de Documentos, seguida da sua conceituação. Para tanto, utilizaremos como aportes teóricos as elaborações dos teóricos brasileiros Jardim (2015) e Indolfo (2007) e recorreremos à literatura norte-americana tendo como referência o autor Schellenberg (2006). Tecemos considerações à gestão de documentos relacionada aos princípios arquivísticos com base nas concepções formuladas por Roncaglio *et all* (2004) acerca do ciclo vital da gestão de documentos e da funcionalidade do trabalho interdisciplinar na gestão dos documentos arquivísticos. Recorreremos também à teórica Bellotto (2002) que nos propicia realizarmos algumas ponderações a respeito das análises diplomáticas e tipológicas dos documentos arquivísticos, bem como os valores atribuídos a estes.

3.1 – Gestão de Documentos: Contextualização

O período contemporâneo, demarcado pela Revolução Francesa deu um novo direcionamento à existência dos arquivos. Neste contexto, temos o aparecimento da Arquivística definido enquanto um conjunto de princípios e técnicas desenvolvidos de acordo com a complexidade do aparato administrativo do Estado.

Tanto Indolfo (2007) quanto Jardim (2015) fazem referência ao aumento da massa documental das entidades, produtoras ou não. Indolfo afirma ser o fenômeno datado do século XX, referindo-se a um acúmulo da quantidade de informação produzida, bem como, *o incremento das atividades de racionalização da sua utilização e a valorização para a ampliação de sua acessibilidade, além das questões que envolvem o tratamento, armazenamento e difusão das informações registradas nos novos suportes magnéticos, eletrônicos ou digitais* (INDOLFO, 2007, p. 29-30).

Jardim (2015) destaca a segunda metade do século XIX como sendo o período de desenvolvimento da arquivologia enquanto disciplina e o período pós Segunda Guerra Mundial, em que ocorreram o estabelecimento de alterações na concepção teórica e os desdobramentos práticos da gestão ou administração de documentos. De acordo com o Jardim,

A gestão de documentos está associada aos Estados Unidos, especialmente após a II Guerra Mundial. Tal como a arquivologia a partir do século XIX, a gestão de documentos emerge, em meados do século XX, com um forte referencial estatal. No entanto, a gestão de documentos pode ser também compreendida fora das dinâmicas e reestruturações do Estado norte-americano, no cenário da organização capitalista no pós-Guerra e da influência da administração como campo científico (JARDIM, 2015, p. 20).

Na concepção de Indolfo (2007) a área de *records management* teve o seu desenvolvimento na administração federal entre 1934 e 1941, período em que ocorreu a votação do *National Archives Act* e a projeção da instalação de imóvel para a guarda temporária dos documentos (INDOLFO, 2007, p. 32).

Arelada às concepções dos autores apresentados anteriormente, podemos considerar as concepções desenvolvidas por Schellenberg (2006) como sendo a base das formulações do conceito de Gestão de Documento.

Considerando a realidade norte-americana, o autor apresenta uma abordagem acerca dos pontos essenciais da administração dos arquivos correntes. São considerados na análise, três grandes fatores condicionantes para a eficiência da administração dos arquivos correntes (SCHELLENBERG, 2006, p. 65): o *primeiro*, diz respeito à *natureza e às características do arquivo moderno*. Neste aspecto o autor destaca: o aumento da produção de documentos nos órgãos públicos; a forma como tais documentos são utilizados e a complexidade dos arquivos e documentos produzidos. O segundo fator está atrelado às atividades inerentes ao próprio trabalho de organização e administração dos arquivos correntes (*natureza das atividades*). Aqui o autor destaca o objetivo dos arquivos correntes que tem como funcionalidade atender às *finalidades para as quais foram criados da maneira mais eficiente e econômica possível e concorrer para a destinação adequada dos mesmos, depois que tenham servido a seus fins* (SCHELLENBERG, 2006, p.67-68). O terceiro e último fator diz respeito ao tipo de órgão que deve executar o trabalho (*natureza da organização*). O autor chama a atenção para as atividades de administração dos arquivos correntes, sendo estes de categoria altamente especializada, o que exige aptidões especiais além da larga experiência de serviço (p. 70).

3.2 – Gestão de Documentos: o conceito

De acordo com Bernardes (1998), o termo *gestão de documentos*, originário da nomenclatura franco-canadense *gestion de documents* é utilizado no ramo arquivístico brasileiro como uma tradução do termo inglês *records management* e a sua definição sofreu alterações ao longo da década de 1980 e 1990. Neste sentido, no final da primeira metade dos anos de 1980, a gestão de documentos era definida como um *aspecto da administração geral relacionado com a busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos documentos* (Dicionário de Terminologia Arquivística, Conselho Internacional de Arquivos, 1984). No início da década de 1990 e ao longo desta, tem-se a definição de gestão de documentos como sendo um *conjunto de medidas e rotinas visando a racionalização e eficácia na criação, tramitação, classificação, uso primário e avaliação de arquivos* (Dicionário de Terminologia Arquivística, São Paulo, 1990), definição esta que se aproxima daquela considerada pela Legislação Federal,

(...) conjunto de procedimentos e operações referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (Lei n. 8.159 de 08/01/91 – dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, art. 3º.)

De acordo com as colocações de Jardim (1998), o termo “gestão de documentos” está conceitualmente situado em dois extremos, configurando-se em uma controvérsia o fato de ser considerada por alguns autores como um conceito emergente. Trata-se de um território arquivístico diversificado, em que Jardim (2015) afirma estar sujeito a múltiplas percepções teóricas e práticas.

Uma das concepções teóricas acerca do seu entendimento é exposta pelo autor, apropriando-se da elaboração formulada pelo historiador norte-americano Lawrence Burnet. A gestão de documentos é entendida como uma *operação arquivística, “o processo de reduzir seletivamente a proporções manipuláveis a massa de documentos, que é característica da civilização*

moderna, de forma a conservar permanentemente os que têm um valor cultural futuro” (...) (BURNET apud JARDIM, 1998). Além desse aspecto, apresenta-se como importante o respeito à integridade substantiva da massa documental para efeitos de pesquisa (JARDIM, 1998, p. 1).

No outro extremo, tem-se o entendimento da gestão de documentos enquanto uma operação da administração científica tendo como finalidade a eficiência e racionalização de gastos, estando ausente a preocupação com a produção do conhecimento, com a memória histórica e com a pesquisa.

A partir desses dois extremos conceituais, tem-se a seguinte definição de gestão de documentos pela legislação norte-americana:

O planejamento, o controle, a direção, a organização, a capacitação, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas com a criação de documentos, sua manutenção, uso e eliminação, incluindo o manejo de correspondência, formulários, diretrizes, informes, documentos informáticos, microformas, recuperação de informação, fichários, correios, documentos vitais, equipamentos e materiais, máquinas reprográficas, técnicas de automação e elaboração de dados, preservação e centros de arquivamento intermediários ou outras instalações para armazenagem. (BURNET apud JARDIM, 1998, p. 1)

A partir desta definição, tem-se a cobertura de todo o ciclo de vida de um documento, considerando a sua produção até o momento da sua eliminação ou recolhimento para a guarda no arquivo permanente. Tem-se expressa, portanto, todas as atividades relacionadas às idades correntes e intermediária do documento (JARDIM, 1998).

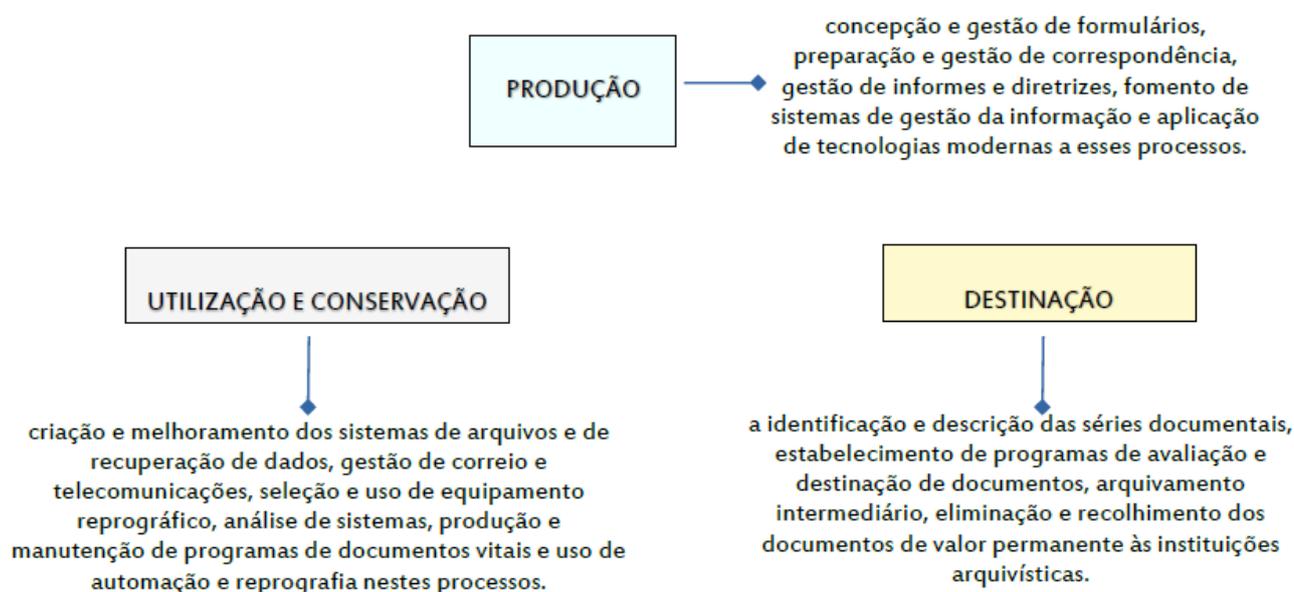
Bernardes (1998) afirma que a gestão de documentos está relacionada,

(...) a uma intervenção no ciclo de vida dos documentos desde sua produção até serem eliminados ou recolhidos para guarda definitiva. (...) um programa geral de gestão compreende todas as atividades inerentes às idades corrente e intermediária de arquivamento, o que garante um efetivo controle da produção documental nos arquivos correntes (valor administrativo/vigência), das transferências aos arquivos centrais/intermediários (local onde os documentos geralmente aguardam longos prazos precaucionais), do

processamento das eliminações e recolhimento ao arquivo permanente (valor histórico-cultural). (BERNARDES, 1998, p. 12).

Com relação às funções arquivísticas, Jardim (2015) faz referência ao trabalho de James Rhoads, cujas formulações foram também apropriadas pela UNESCO na abordagem acerca do conceito de gestão de documentos, que desempenha função nos sistemas nacionais de informação envolvendo as fases abaixo, apresentadas também por Bernardes (1998, p. 13) a fim de alcançar seus objetivos de eficácia e economia:

Figura 3: Fases da Gestão de Documentos nos Sistemas Nacionais de Informação



Fonte: Elaboração Própria

Jardim (2015) afirma que a gestão de documentos contribuiu no avanço e na modernização das funções arquivísticas em múltiplas realidades no contexto das entidades públicas e privadas, a saber:

- Ao garantir que as políticas e atividades dos governos fossem documentadas adequadamente;
- Ao garantir que menor número de documentos inúteis e transitórios fossem reunidos a documentos de valor permanente;
- Ao garantir a melhor organização desses documentos, caso atingissem a fase permanente;

- Ao inibir a eliminação de documentos de valor permanente;
- Ao garantir a definição de forma criteriosa da parcela de documentos que constituíssem o patrimônio arquivístico de um país, ou seja, de 2 a 5% da massa documental produzida, segundo a Unesco (JARDIM, s/r).

Além disso, tem-se, com a gestão de documentos, o estabelecimento de uma forma renovada de atuação das instituições arquivísticas públicas, que passaram a assumir a *função de órgão de apoio à administração pública, com a competência de orientar programas de gestão de documentos nos diversos organismos governamentais* (idem) no caso específico dos E.U.A. e Canadá.

Por fim, o autor aponta as causas inibidoras que comprometeriam a adoção das funções de gestão de documentos pelas instituições arquivísticas. São elas,

- Limitações de ordem legal;
- Escala e complexidade dos governos nacionais, impossibilitando que o único organismo exerça funções executivas em todo este campo;
- Tradições administrativas que impedem uma reorganização radical dos sistemas vigentes;
- O papel histórico dos arquivos nacionais, cuja gênese identifica-se com uma atuação mais passiva de custódia dos documentos de valor permanente para a pesquisa retrospectiva. (JARDIM, s/r).

Para finalizar e à guisa de revisão, podemos afirmar que para a compreensão da importância e da funcionalidade da gestão de documentos faz-se necessário o entendimento do que seja arquivo, que pode ser interpretado a partir de uma compreensão tripartite, podendo ser ele: um conteúdo documental, uma instituição ou um espaço físico de armazenamento e guarda de documentos. Nesta perspectiva, a definição de arquivo perpassa por todos os elementos essenciais à prática arquivística, que compreendem: o próprio arquivo enquanto instituição, os documentos enquanto um conjunto orgânico de uma ou várias entidades produtoras, os depósitos onde se

localizam os arquivos, a gestão arquivística dos documentos, de acordo com os princípios de cientificidade desta ciência, um conjunto de profissionais capacitados, com formação acadêmica, científica e específica na área.

A gestão de documentos, enquanto um dos elementos que compõe este universo, cumpre um papel importante, tanto de controle das informações produzidas e registradas pelas entidades produtoras, quanto de administração da massa documental, otimizando e racionalizando os espaços físicos e de guarda dos documentos, somando-se a isso, a facilidade na recuperação das informações, bem como na garantia do seu acesso.

Temos nas formulações de Schellenberg (2006) as bases para a elaboração do conceito de Gestão de Documento. Considerando a realidade norte-americana, o autor apresenta uma abordagem acerca dos pontos essenciais da administração dos arquivos correntes.

Datada do final do século XIX, a gestão de documentos tem as suas origens a partir da identificação dos problemas existentes no interior das administrações públicas dos Estados Unidos e de Canadá referentes ao uso e à guarda da massa documental. A fim de dar respostas efetivas ao problema, foram criadas comissões governamentais a partir da criação de padrões de eficácia na utilização dos documentos. No referido contexto as instituições arquivísticas públicas vivenciavam de forma hegemônica o paradigma histórico tecnicista, estando focadas no apoio à pesquisa e comprometidas com a conservação e acesso aos documentos considerados de valor histórico. Trata-se de um paradigma cuja concepção privilegiava o documento administrativo assumindo um formato calcado no pragmatismo caracterizado pela racionalização dos processos administrativos e de eficiência.

As contribuições da gestão de documentos podem ser identificadas no *avanço e na modernização das funções arquivísticas em múltiplas realidades no contexto das entidades públicas e privadas*, dentre elas a garantia da documentação adequada das políticas e atividades governamentais; a garantia da minimização da juntada de documentos sem valor arquivístico e transitórios com documentos de valor permanente; a garantia da organização dos documentos da melhor forma, uma vez atingindo a fase permanente; a inibição de eliminação de documentos de valor permanente e a garantia da definição,

de forma criteriosa, da quantidade de documentos que pudesse constituir o patrimônio arquivístico de um país.

Todavia, as limitações de natureza legal; a escala e complexidade dos governos nacionais, impossibilitando que o único organismo exerça funções executivas em todo este campo e as tradições administrativas que impedem uma reorganização radical dos sistemas vigentes configuram-se nas causas inibidoras que comprometem a adoção das funções de gestão de documentos pelas instituições arquivísticas.

3.3 – A Gestão de Documentos e os Princípios Arquivísticos

A Gestão de Documentos, pode ser compreendida, segundo Roncaglio *et all* (2004) como um procedimento fundamental na vida de uma instituição, seja qual for a sua natureza. Podemos situá-la no âmbito de um conjunto de práticas que mantém como funcionalidade a garantia da organização e preservação dos arquivos, além de conferir *maior controle sobre as informações* produzidas e/ou recebidas pelas entidades públicas e privadas, *racionalizando os espaços de guarda de documentos*, desenvolvendo com *mais eficiência e rapidez as atividades*, e, por fim, *atendendo aos clientes e cidadãos* (RONCAGLIO *et all*, 2004, p. 5).

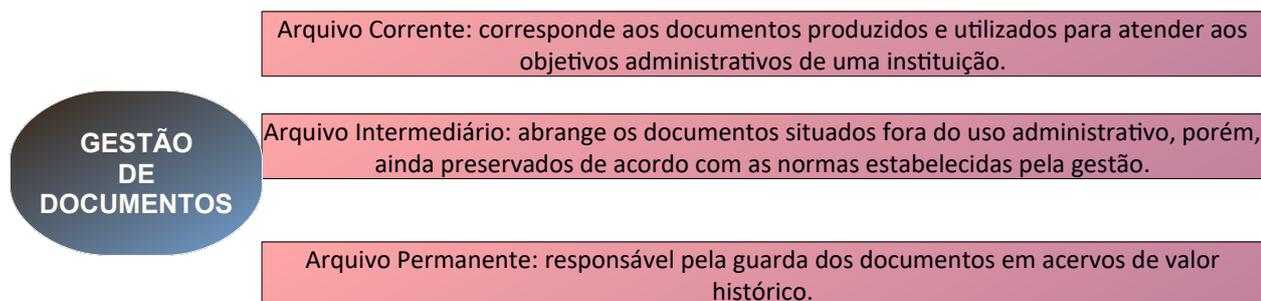
Os autores mencionam a Lei Federal nº 8.159¹⁴ que define a gestão de documentos dos arquivos públicos e privados de pessoas físicas ou jurídicas, como sendo,

O conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente. (LEI FEDERAL Nº 8.159, 1991 apud RONCAGLIO *et all*, 2004, p. 5).

14 A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Cf. Diário Oficial, Brasília, 9 de jan. 1994.

Trata-se, portanto, de atividade a ser desenvolvida no âmbito das instituições de forma estratégica, uma vez que tem como fim a constituição do acervo arquivístico. Neste caso, a gestão de documentos cumpre uma função que confere à Arquivística uma peculiaridade, diferenciando, por consequência, a Arquivologia enquanto prática profissional de outras áreas de atuação. Referimo-nos à definição do ciclo vital dos documentos, que estabelece a destinação final dos documentos, podendo ser estes eliminados, após o momento da sua utilização pelos setores administrativos de uma instituição, ou, contrariamente, transferidos à guarda permanente (RONCAGLIO *et all*, 2004, p. 5).

Figura 4: Ciclo Vital da Gestão de Documentos



Fonte: Elaboração Própria

Guardadas as suas particularidades, a Gestão de Documentos se traduz em um procedimento institucional que favorece e facilita o trabalho interdisciplinar, no momento em que os profissionais, nas suas respectivas áreas de atuação, em equipe, passam a definir o ciclo completo de vida de um documento, desde a sua produção, tramitação e uso corrente até a sua destinação final, que pode ser a guarda ou a eliminação.

Vejamos, de acordo com a reflexão dos autores, quais profissionais seriam importante em um trabalho coletivo dessa natureza e suas respectivas funções (RONCAGLIO *et all*, 2004):

QUADRO 11: Equipe interdisciplinar para a Gestão de Documentos Arquivísticos

PROFISSIONAL	FUNÇÃO
Arquivista	Elaboração de métodos de arquivamento favorecendo a recuperação das informações contidas em um documento sobre as quais se define a produção, o trâmite e o uso.
Administrador	Identifica competências, subordinações e os fluxos de trabalho na tramitação e uso corrente dos documentos.
Técnico de Informática	Propõe alternativas eletrônicas para a produção de formulários e fluxogramas.
Documentalista	A partir do conhecimento em Diplomática, pode sugerir a forma e a estrutura dos documentos.
Historiador	Presta orientações quanto ao valor histórico das informações registradas.
Conservador	Preservação física dos suportes da informação. Propõe os cuidados necessários desde o momento da produção do documento, tendo em vista a necessidade da sua preservação ao longo do tempo.

Fonte: Elaboração Própria

Os autores destacam a avaliação como uma etapa primordial da gestão de documentos. Trata-se de uma fase que está atrelada à Tabela de Temporalidade – TTD, podendo ser esta entendida como um instrumento arquivístico que tem por objetivo definir o prazo de guarda e a destinação de um documento, contemplando os conjuntos documentais produzidos e/ou recebidos por uma entidade no exercício das suas atividades. Refere-se a um instrumento que define, portanto, os prazos de guarda nas fases correntes (fase de utilização do documento) e intermediárias (fase em que o documento entra em seu estado de desuso), além da destinação final (eliminação ou guarda permanente). Todavia, antes da definição dos referidos prazos, utilizamos o Plano de Classificação, que reúne um conjunto de códigos correspondentes a cada função.

O exposto exige do arquivista o conhecimento e o domínio dos referidos instrumentos, uma vez que o tratamento dos documentos arquivísticos envolve a identificação, a descrição, a classificação e a avaliação dos mesmos que por sua vez, cumprem uma função primária, atendendo às necessidades administrativas de uma instituição, e uma função secundária, no momento em que entra no período de guarda permanente, servindo como fonte de pesquisa e aos interesses e necessidades da sociedade, no acesso à informação. Para

tanto, faz-se necessário que lancem mão de métodos e metodologias de estudos e análises do documento arquivístico.

3.3.1 – As análises diplomática e tipológica dos documentos arquivísticos

Outro aspecto importante da dimensão técnico operativa diz respeito a duas metodologias adotadas no tratamento do documento arquivístico: as identificações diplomática e tipológica do documento. Neste caso, o fazer arquivístico dialoga diretamente com a Diplomática, situada no âmbito da veracidade de um documento quanto a sua estrutura e quanto à finalidade do ato jurídico (BELLOTTO, 2002, p.21) e com a Tipologia, que diz respeito à relação dos documentos com as atividades institucionais e pessoais. Tanto uma quanto a outra, referem-se às metodologias de tratamento documental, de acordo com as afirmações de Bellotto (2002). Não nos cabe, neste momento, tecermos profundas considerações ao que podemos chamar de “disciplinas do campo Arquivístico”, todavia, ambas são de grande importância neste estudo, uma vez que se apresentam enquanto elementos da Arquivística, situados na dimensão técnico-operativa e que resguardam as particularidades da prática profissional em Arquivologia. Bellotto nos ajuda a compreendermos a respeito das distinções entre uma metodologia e outra.

Na concepção da autora, a Diplomática, por definição,

Ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata-se, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito. Tornam-se esses documentos, por isso mesmo, eivados de fé pública, que lhes garante a legitimidade de disposição e a obrigatoriedade da imposição, bem como a utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito. Assim sendo não é possível dissociar a diagramação e a construção material do documento do seu contexto jurídico-administrativo de gênese. (BELLOTTO, 2002, p. 13).

Bellotto (2002) nos chama a atenção quanto ao reducionismo e à visão simplista atribuídos ao entendimento referente à Diplomática, que seguem em

uma perspectiva de “*iconização*” do registro (...) *apto apenas, em seu campo primitivo de ação, a fornecer a descrição e a explicação da estrutura formal dos atos escritos, sua autenticidade e sua fidedignidade* (BELLOTTO, 2002, p.13). A autora refuta a influência positivista no entendimento da Diplomática, afastando-a da perspectiva histórica tradicional e obsoleta dos registros históricos. Por outro lado, propõe que entendamos o objetivo da disciplina, que em seus estudos desenvolvidos na atualidade, considera ser a análise da unidade arquivística elementar, entendida *enquanto espécie documental, servindo-se dos seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente à sua produção, como a seus efeitos* (CARUCCI, 1987 apud BELLOTTO, 2002, p.17). Mais precisamente, a Diplomática concentra-se na *finalidade de identificar, avaliar e demonstrar a verdadeira natureza* dos documentos por meio da observância à sua *gênese, à sua constituição interna, à transmissão e a sua relação entre seu criador e o seu próprio conteúdo* (DURANTI, 1995 apud BELLOTO, 2002, p. 17).

Tem-se, portanto, uma definição de documento diplomático e a definição do objeto da Diplomática. Para Bellotto:

Documento Diplomático – é o registro legitimado do ato administrativo ou jurídico, consequência, por sua vez, do fato administrativo ou jurídico.

Objeto da Diplomática – é a estrutura formal do documento, que deve conter a mesma construção semântica de discurso para a mesma problemática jurídica.(BELLOTTO, 2002, p. 17-18) *Grifos nossos.*

Conforme afirma Bellotto, a compreensão da definição, do objetivo e do objeto da Diplomática ultrapassa, na atualidade, a concepção simplista e limitada de *autenticidade formal dos documentos* (BELLOTTO, 2002, p. 17).

Com relação à Tipologia Documental, Bellotto (2002) afirma ser esta uma extensão da Diplomática, direcionando-se à gênese documental, com o fim de alcançar a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora (BELLOTTO, 2002, p. 19).

Desta forma, temos, de acordo com as concepções da autora, o seguinte quadro comparativo entre a Diplomática e a Tipologia:

QUADRO 12: Distinção entre Diplomática e Tipologia

Campos	DIPLOMÁTICA	TIPOLOGIA
Objetivo	Análise da unidade arquivística elementar, entendida enquanto espécie documental, servindo-se dos seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente à sua produção, como a seus efeitos	Estudo do documento enquanto componente de conjuntos orgânicos, ou seja, como integrante da mesma série documental, ou ainda, correspondentes à mesma atividade.
Objeto	Espécie Documental – é a unidade arquivística elementar, relacionada aos seus aspectos formais para definir a natureza jurídica dos atos nela implicados, tanto relativamente à sua produção, como a seus efeitos.	Tipo Documental – é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou. Ou seja, é a lógica orgânica dos conjuntos documentais.
Identificação do documento arquivístico	Considera: 1) a sua autenticidade relativamente à espécie, ao conteúdo e à finalidade; 2) a datação (datas tópicas e cronológicas); 3) a sua origem/proveniência; 4) a transmissão / tradição documental; 5) afixação do texto.	Considera: 1) a sua origem / proveniência; 2) a sua vinculação à competência e as funções da entidade acumuladora; 3) a associação entre a espécie em causa e o tipo documental; 4) o conteúdo; 5) a datação.

Fonte: Elaboração Própria

Bellotto (2002) afirma que a Tipologia, por ter a mesma construção diplomática, pode ser denominada de “Diplomática Arquivística”, ou ainda, de “Diplomática Contemporânea”, considerando as imbricações entre seus objetos e objetivos. As metodologias, aplicadas, tanto nas análises diplomáticas quanto nas análises tipológicas, são fundamentais na efetivação das atividades arquivísticas já mencionadas neste capítulo. São elas, a classificação, avaliação e descrição de documentos.

Outro ponto importante destacado pela autora diz respeito à produção da informação arquivística, que é produzida,

(...) dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades. É nesse sentido que as informações são orgânicas, porque guardam entre si as mesmas relações que se formam entre as atribuições, competências, funções e atividades das entidades. Por isso mesmo, o tratamento e a identificação dos documentos não devem jamais ser considerados isoladamente em relação a seu produtor/acumulador (LOPES, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p. 23).

Com relação à documentação arquivística, Bellotto afirma que os mesmos formam conjuntos internamente inseparáveis, correspondendo a conjuntos informacionais decorrentes do funcionamento de uma entidade pública ou privada (ou pessoa física) no exercício de suas funções (BELLOTTO, 2002, p. 22) e estão situados em um ou outro campo valorativo, de acordo com o quadro abaixo:

QUADRO 13: Valores Atribuídos ao Documentos Arquivísticos

Valor Primário	Valor Secundário
<ul style="list-style-type: none"> – Corresponde à produção, tramitação e vigência dos documentos. – Os documentos servem à dimensão jurídica e administrativa. – Ao documento arquivístico é atribuído o “valor de prova”. – Possui <i>sentido de dispositivo, probatório, testemunhal ou informativo, segundo sua categoria</i> (BELLOTTO, 2002, p. 31). – Definido como a <i>qualidade inerente às razões de criação de todo documento, típica das fases iniciais de seu ciclo vital</i> (CAMARGO & BELLOTTO, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p.31). 	<ul style="list-style-type: none"> – Ao documento arquivístico é atribuído o valor “residual”. – O documento assume a condição de “testemunho”, como informação, atendendo aos interesses dos historiadores e de pesquisadores. – Definido como a <i>qualidade informativa que um documento pode possuir para além de seu valor primário</i> (CAMARGO & BELLOTTO, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p.31).

Elaboração Própria.

Os *princípios fundamentais arquivísticos* (BELLOTTO, 2002. p. 23) nos ajudam a compreender a caracterização dos documentos arquivísticos e fazem parte dos estudos, tanto diplomáticos quanto tipológicos.

3.3.2 – Princípio da Proveniência

Este princípio se refere ao órgão de origem dos documentos. É o que norteia a constituição de cada fundo, uma vez que a origem do documento em um determinado órgão gerador permite determinar as suas funções no contexto administrativo. Define a posição do documento no seu fundo de arquivo, o que significa afirmar que o arquivo produzido por uma entidade não deve ser misturado aos arquivos de outras unidades geradoras.

De acordo com Bellotto (2002), o princípio da proveniência,

É a marca de identidade do documento relativamente ao produtor/acumulador, o seu referencial básico, o “princípio, segundo o qual os arquivos originários de uma instituição ou de uma pessoa devem manter sua individualidade, não sendo misturados aos de origem diversa” (BELLOTTO, 2002, p. 23).

Com relação ao tipo de fundo, o mesmo pode se constituir em *aberto*, correspondente à instituição ativa, geradora em atividade; e fundo fechado relacionado à entidade inativa, isto é, aquela que não rebe novos documentos.

3.3.3 – Princípio da Organicidade

Refere-se ao conjunto de documentos que refletem as relações administrativas orgânicas. O princípio da organicidade consiste na qualidade conferida aos arquivos de espelharem as funções, as atividades e a estrutura de uma entidade produtora.

Segundo Bellotto (2002), a organicidade é a condição existencial dos documentos de arquivo, que guardarão, na *condição de determinantes / resultados / consequências das atividades desenvolvidas, entre si, as mesmas relações de hierarquia, dependência e fluxo* (BELLOTTO, 2002, p. 23-24).

3.3.4 – Princípio da Unicidade

É o princípio que determina o gênero, o tipo, a forma e/ou o suporte documental, conservando o caráter único do documento de arquivo, em decorrência do contexto em que foi produzido.

Nas análises de Bellotto (2002), trata-se de um princípio,

(...) ligado à qualidade “pela qual os documentos de arquivo, a despeito da forma, espécie ou tipo, conservam caráter único em função de seu contexto de origem”. Esse princípio nada tem que ver com a questão do “documento único”, original, em oposição às suas cópias. Esse ser “único”, para a teoria arquivística, designa que, naquele determinado contexto de produção, no momento de sua gênese, com aqueles caracteres externos e internos genuínos e determinados dados, os fixos e dos variáveis, ele é único, não podendo, em qualquer hipótese, haver outro que lhe seja idêntico em propósito pontual nem em seus efeitos (BELLOTTO, 2002, p. 23).

3.3.5 – Princípio da Indivisibilidade ou Integridade

Trata-se do princípio que prevê a preservação sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou indevida do fundo de arquivo. Bellotto afirma ser este princípio a especificidade de atuação de um documento arquivístico. Nas palavras da autora,

Fora do seu meio genético, o documento de arquivo perde o significado. Também conhecido como “integridade arquivística é característica que deriva do princípio da proveniência, segundo a qual um fundo deve ser preservado sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou acréscimo indevido” (CAMARGO & BELLOTTO, 1996 apud BELLOTTO, 2002, p.24).

Alguns autores ainda consideram outros princípios, como:

– *Princípio do Respeito aos Fundos*: Relacionado ao respeito pelo produtor dos documentos arquivísticos;

– *Princípio da Ordem Original*: Diz respeito a ordem e organização pela qual os documentos foram criados ou arquivados pelo produtor.

– *Princípio da Territorialidade*: Refere-se ao respeito à jurisdição onde o documento foi produzido ou arquivado.

Com relação ao Princípio do Respeito aos Fundos, Duchein (1992) afirma que o mesmo se constitui em um princípio fundamental do arquivo e essa concepção remonta ao século XIX (DUCHEIN, 1992, p.01). Podemos pensá-lo como uma das especificidades da prática arquivística que a difere de outras, tais quais, a de bibliotecário e a de documentalista.

Antes da definição de respeito aos fundos, Duchein (1992) aponta para a importância de compreendermos, em sua definição, o termo “Fundos”, uma vez que há dificuldades no seu estabelecimento que são inerentes à forma como as instituições e/ou organismos se encontram dispostos. A partir disso, podemos pensar na definição de Fundos, a partir de duas concepções: A primeira, como uma unidade de arranjo estrutural, vinculada a um hospital, por exemplo, sendo este um organismo bem definido, detentor de uma personalidade jurídica e estável. Aqui, fundos significa, *conjunto de documentos cujo acréscimo é efetuado no exercício das atividades de uma dada instituição* (DUCHEIN, 1992, p.01). De outra forma, os Fundos podem ser pensados como unidade de arranjo funcional, reunindo os documentos de múltiplos organismos a partir da semelhança das suas atividades. Neste caso, há uma dificuldade, segundo o autor, na formulação de uma definição de fundos, uma vez que, por exemplo,

Todo Ministério, todo grande corpo administrativo ou judicial está dividido em grandes setores de atividades, eles mesmos subdivididos em setores secundários que têm cada um deles as suas próprias competências, as quais, correspondem conjuntos de documentos mais ou menos individualizados. Por exemplo, um Ministério está dividido em direções e as direções em gabinetes (DUCHEIN, 1992, p.01).

Neste caso, o autor nos coloca as seguintes questões:

1 – Podemos, nesta situação, falar de Fundos de arquivo do Ministério ou dos Fundos das Direções ou dos Fundos dos gabinetes? 2 – Devemos considerar que cada órgão local cria um Fundo de arquivo próprio ou que o Fundo é único para o conjunto de

documentos criados por todos os órgãos locais de uma mesma administração? (DUCHEIN, 1992, p.01).

Schellenberg (2006) analisa o princípio de respeito ao fundo considerando a realidade europeia, mais precisamente a França, onde a formulação de *respect des fonds* estaria atrelada à necessidade de todos os documentos originários de uma instituição serem agrupados constituindo fundos, onde tais documentos devem ser arranjados por assuntos, em ordem cronológica, geográfica ou alfabética (SCHELLENBERG, 2006, p. 243).

O princípio da Proveniência deve ser compreendido para além do entendimento de Fundo como sendo um conjunto de arquivos que tem a mesma proveniência (DUCHEIN, 1992, p.07). Tal princípio diz respeito à autenticidade e à manutenção da integridade do fundo de um arquivo. Considera-se, a partir da articulação entre um e outro, ou seja, entre autenticidade e integridade, a imparcialidade, isto é, à verdade administrativa dos documentos.

A respeito do Princípio da Territorialidade, Corrêa e Marques (2016) afirmam ser este um princípio ainda pouco mencionado no campo arquivístico e identificam, mediante apropriação e análise dos estudos de outros autores, as contribuições do mesmo, atrelado aos Princípios da Proveniência e ao da Ordem Original, no cumprimento das funções arquivísticas. Os autores recorrem às formulações de Santos (2015) acerca da relação entre o território e documento, a fim de tecer ponderações sobre o Princípio da Territorialidade. Segundo o autor,

Podemos interpretar esse princípio, e, sua aplicação à Arquivística, sob o viés do Princípio da Proveniência, quando se busca respeitar a contextualização institucional de produção dos documentos, por meio da qual é possível entender seus objetivos e funções. Essa ideia, aplicada ao viés do patrimônio cultural (e arquivístico) de uma região ou comunidade, ou seja, extrapolada geograficamente, presume que a compreensão das mudanças do contexto social, legal, político, ou seja, a própria evolução de uma determinada região, só é possível pela análise das relações entre seus cidadãos e as instituições

estabelecidas na área, cujos registros arquivísticos são fonte legítima de informações sobre aquela sociedade (SANTOS, 2015, p.157 apud CORRÊA & MARQUES, 2016, p. 14).

Corrêa e Marques (2016) afirmam que o princípio da territorialidade encontra as suas origens nas questões pertinentes ao *direito de propriedade* (CORRÊA & MARQUES, 2016, p.18). A sua existência implica, inicialmente, na resolução das questões de sucessão de documentos, contenciosos arquivísticos e casos de conflitos jurídicos, contribuindo, desta forma, para as práticas arquivísticas, e também, para a teoria arquivística, na complementação do princípio da proveniência, *especificando-o em relação aos conflitos que envolvem a sucessão de documentos, com conceitos próprios, ligados a particularidades dos arquivos e da própria arquivologia* (CORRÊA & MARQUES, 2016, p.23). Além desses aspectos, os autores afirmam a contribuição do princípio da territorialidade para a constituição da Arquivologia enquanto disciplina científica, na reafirmação da sua identidade.

4 – DIMENSÃO CIENTÍFICO-EPISTEMOLÓGICA

Pela primeira vez em seu desenvolvimento, a Arquivologia está se transformando em ciência. Em sua fase pré-paradigmática (anterior ao Manual dos Holandeses) não era ciência de forma alguma, e em seu estágio clássico, não foi mais que uma ciência auxiliar da História, mas agora, em sua etapa pós-moderna, está adquirindo estrutura de ciência, tão autônoma quanto as outras ciências da informação e quanto à História.

(THOMASSEN, 1999 apud FONSECA, 2017).

A citação acima diz respeito a afirmação de Thomassen (1999) relacionada ao novo paradigma da Arquivologia. Trata-se, para este autor, mais do que a *passagem dos documentos em papel para os documentos eletrônicos*. Significa, a *passagem para uma Arquivologia pós-custódia ou Arquivologia Pós-Moderna* (THOMASSEN, 1999 apud FONSECA, 2017, p. 59).

Já se sabe que a Arquivologia foi, em sua origem, intensamente influenciada por uma perspectiva pragmática caracterizada pela prática burocrática tendo como objetivo a eficácia e a eficiência, tanto na guarda quanto na preservação de arquivos, especificamente os públicos (FONSECA, 2017, p. 55). O entendimento da Arquivologia enquanto área de conhecimento ou uma ciência, nesta vertente de entendimento da profissão, a chamada “Arquivologia Clássica” (FONSECA, 2017) ou “Arquivologia Tradicional” (RIBEIRO, 2002) não ocupou um espaço prioritário, ao contrário, enquanto disciplina, a Arquivologia esteve relegada a resolver questões em torno do seu objeto, dos seus objetivos e dos métodos (FONSECA, idem). Sobre a referida matéria, Jardim (1998) afirma que a Arquivologia enquanto campo de conhecimento está em franco processo de desenvolvimento. Não apenas no Brasil, como também nas comunidades internacionais, tem-se uma configuração da área enquanto disciplina científica ainda por se consolidar.

4.1 Ciência Arquivística e Informação: o modelo *Pós-Paradigmático*

No capítulo anterior trabalhamos com as concepções formuladas por Ribeiro (2002) a respeito do modelo Histórico-Tecnicista vinculada aos princípios da Arquivologia Tradicional. A autora tece considerações radicais a respeito do referido paradigma apontando as suas características no sentido de refutá-lo a partir da explanação do que ela aponta como sendo suas limitações e inconsistências. Segundo Ribeiro (2002) trata-se de um modelo que evidencia uma *crise profunda que afeta a disciplina Arquivística* (RIBEIRO, 2002, p.102) e que, portanto, não dá conta de conferir à mesma uma fundamentação científica a partir da sua realidade demarcada pelo empirismo.

A autora identifica e aponta as fragilidades do modelo paradigmático, valendo-se como uma justificativa para a sua total superação e consequente reconhecimento de um novo paradigma que desse respaldo à sustentação da Arquivologia (*Arquivística*, na perspectiva defendida por Ribeiro) e ao seu estatuto de cientificidade.

Segue abaixo o quadro acerca dos fundamentos do modelo Histórico-Tecnicista desenvolvido pela autora, contendo as indicações das suas fragilidades:

QUADRO 10: Quadro analítico-sistemático dos fundamentos do Modelo Histórico-Tecnicista

1	O "arquivo histórico", com função de serviço incorporador de "fundos" de interesse patrimonial, cuja utilidade para a própria entidade produtora é considerada nula, (...) não consegue assegurar a necessária articulação em termos sistêmicos com o contexto gerador da informação e, por isso mesmo, cria rupturas <i>nefastas</i> em termos de conhecimento e consequente representação dos sistemas de informação arquivística que incorpora.
2	A existência de um organismo nacional, coordenador da política arquivística e definidor de normas e procedimentos uniformes ao nível técnico, também já mostrou que não favorece o desenvolvimento de uma Arquivística científica, pois sem uma fundamentação teórica consistente a técnica não cumpre a sua verdadeira função, no caso concreto, a de conhecimento e consequente representação do real em termos rigorosos.
3	A noção de "fundo", tal como foi formulada em 1841, tem um caráter meramente operativo e não se ajusta (...) a um conhecimento científico tal como hoje o concebemos.
4	A fundamentação teórica exigida pelo estatuto científico da disciplina não se coaduna com os princípios "teóricos" que têm sustentado o paradigma histórico-tecnista, uma vez que estes são meras evidências, o que coloca problemas insolúveis e inconsistências notórias aos que reclamam este estatuto.
5	A impropriamente chamada "teoria" das três idades já a bastante tempo mostrou que não serve qualquer propósito minimamente consistente (...) muitos se advogam defensores de uma "Arquivística integrada". Nela o ciclo completo da vida dos arquivos não deve ser rompido, quer para efeitos de estudos, quer de análise e representação, incluindo-se uma nova perspectiva no que toca à avaliação documental.
6	A valorização da técnica, particularmente nos aspectos normativos da descrição e dos pontos de acesso à informação, sem o necessário substrato teórico esgota-se em si mesma e torna-se insuficiente para resolver todas as novas situações surgidas; os projetos de investigação que

	despontam em algumas universidades e centros de pesquisa revelam precisamente esta lacuna e procuram teorizar face aos problemas a resolver, mas sem um quadro de referência abrangente e um método consistente, suscetível de ser diversificadamente aplicado, de forma a validar continuamente a teoria em contextos novos.
7	O conceito estático de "documento", que significa a fixação inexorável da informação a um suporte físico, também ele se começa a revelar inconsistente para materializar o objeto da Arquivística num contexto em que, afinal, é perfeitamente aceitável que a informação pode ser pensada e conhecida independentemente do suporte em que está registrada; esta questão aparentemente insignificante, pelo fato de a informação que perdura se apresentar registrada, ou seja, fixa a um suporte é, no entanto, crucial, dado que essa mesma informação – esteja ela registrada ou não – se converte em objeto cognoscível e, como tal, centro de interesse de uma ciência nova – a <i>ciência da informação</i> .

Fonte: Elaboração Própria

Em sua perspectiva declaradamente pós-moderna ou pós-paradigmática, Ribeiro (2002) tece críticas às tentativas de renovação do arcabouço da "Arquivística" a fim de superar a preeminência técnica, uma vez que esta passa a não mais dar respostas suficientes às questões pertinentes à área. A autora considera tal contribuições fundamentais para a construção científica que se quer alcançar, todavia, as mesmas vêm ocorrendo de forma fragmentada,

(...) pensando aspectos parcelares da Arquivística de forma inovadora, mas não abarcando a totalidade de um corpo de saber, susceptível de investigar e conhecer um objeto simultaneamente singular e multifacetado, como auxílio de um método consistente para construir esse conhecimento em toda a sua complexidade. (RIBEIRO, 2002, p. 103-104).

Alguns casos ilustrativos da mudança pretendida no interior da "Arquivística" a fim de lhe conferir um estatuto de cientificidade são apresentados pela autora, destacando-se a escola canadense, em especial os teóricos Couture e Rousseau, representantes de uma Arquivística integrada; Terry Cook defensor de novos critérios para a avaliação de documentos; e Terry Eastwood, Luciana Duranti e Heather MacNeil, adeptos da ideia de validação e preservação do contexto de produção dos documentos eletrônicos. Nos Estados Unidos os autores David Berman, Margaret Hedstrom, David Wallace e Helen Samuels são os representantes da perspectiva pós-moderna. Seguindo a mesma linha, tem-se na Europa a *escola holandesa* ou a *arquivística multifuncional* destacando-se Angelika Menne-Haritz. Trata-se de

autores cuja perspectiva rompe, em muitos aspectos, com o modelo tradicional até então vigente (RIBEIRO, 2002, p.104). No caso dos países da América Latina, como Brasil e Argentina, nota-se uma busca por uma fundamentação científica que põem em relevo as múltiplas facetas do paradigma dominante, de acordo com Ribeiro (2002).

Um dos marcos do novo paradigma, denominado pela autora de *Científico-Informacional*, consiste na visão integrada das várias idades do arquivo, anulando, com isso, a ruptura conceitual entre *records* e *archives*, formulada na década de 40 no mundo anglo-saxônico e alargada a muitos países por força da “gestão de documentos” (RIBEIRO, 2002, p. 105), destacando-se, principalmente, a autonomia conferida a esta, como *área de trabalho específica*. Trata-se, portanto, de um paradigma emergente, assentado em dois principais componentes: na ciência e na informação. Neste contexto tem-se algumas colocações feitas por Ribeiro (2002) que demonstra não haver consenso a respeito do reconhecimento da Arquivologia enquanto ciência autônoma. A própria autora afirma uma soberania conferida à Ciência da Informação, uma vez que é a materialização do novo paradigma cujo objeto – a Informação – ultrapassa a concepção reducionista de informação registrada, ou seja, documental, *como objeto de trabalho e de estudo de algumas ciências, “apelidadas” de documentais, em que se incluem a Arquivística e a Biblioteconomia*. Grifos nossos (RIBEIRO, 2002, p. 106). Ribeiro apresenta a instigante indagação,

(...) se a Informação constitui o objeto de estudo da Ciência da Informação, como é possível considerar ciências autônomas a Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação, a Informática dos chamados Sistemas de Informação e outras áreas afins que estudam esse mesmo objeto? Parece não haver lugar para tantas ciências da informação, embora essa falta de autonomização não lhes retire, obviamente, cientificidade enquanto disciplinas com certas especificidades, entendidas à luz das teorias e dos modelos de análise que se possam adotar (RIBEIRO, 2002, p. 107).

Ribeiro (2002) sugere uma “dependência” ou subordinação das áreas Arquivística e Biblioteconomia à Ciência da Informação, todavia, reconhecendo as especificidades de ambas, tratando-se de disciplinas dotadas de cientificidade. Para a autora, está é, por hora, a única alternativa capaz de superar os desafios impostos à Arquivística pelos avanços tecnológicos.

4.2 Alguns aspectos epistemológicos da Arquivologia

Matos (2018) põe em relevo um dos temas centrais discutidos no âmbito da Arquivologia na contemporaneidade envolvendo não só teóricos, como também os profissionais da área. O estudo acerca da evolução dos arquivos e do conhecimento em Arquivologia teve a sua motivação a partir do seu exercício docente no âmbito de uma universidade (UFBA). Este aspecto merece ser destacado, uma vez que as formulações teóricas ganharam sustentação no momento em que houve a articulação com o campo da prática profissional, enquanto assumia a direção do Arquivo Público do Estado da Bahia. À luz de uma abordagem histórica tem-se alguns questionamentos epistemológicos acerca da instituição arquivística – Arquivo Público, bem como a condução da prática arquivística no processo histórico e da teoria do conhecimento em arquivologia.

O percurso teórico-metodológico seguido pela autora em sua reflexão tem como referencial os questionamentos apontados, iniciando-se pela definição de Arquivo Público, passando pela sua função social e política, e encerrando com uma preocupação acerca do futuro da prática arquivística e da teoria do conhecimento em arquivologia. Aqui a autora deixa bem evidente a sua adesão à recomendação dada por Jardim (2012) quando o mesmo afirma haver na prática de pesquisa em Arquivologia, uma multiplicidade de possibilidades nas quais o profissional, seja ele acadêmico ou não, pode se debruçar. *Somos convidados a refletir, cada vez mais, sobre seus aspectos epistemológicos, diálogos interdisciplinares, aspectos metodológicos, objetivos, etc.* (JARDIM, 2012, p. 152). Desses itens, a autora explora *a história dos arquivos e do conhecimento em arquivologia* (MATOS, 2018, p.20), daí a

desenvolver alguns aspectos epistemológicos da Arquivologia, na sequência da sua reflexão.

Após considerar os aspectos gerais da epistemologia ou teoria do conhecimento e o debate em torno da forma e da validade acerca do conhecimento científico (cabendo, um necessário e breve registro das formulações centrais de pensadores como Karl Popper [defende a possibilidade de refutação de uma hipótese a fim de garantir a qualidade científica de uma tese]; Thomas Kuhn [considera a ideia de paradigma associada ao saber científico, levando-se em conta a sua dinâmica e organização social]; e Paul Feyerabend [refuta o método em ciência]), Matos eleva a Arquivologia ao campo da compreensão da sua estruturação, organização, além das inflexões ocorridas historicamente no percurso do seu desenvolvimento enquanto profissão e enquanto disciplina, algo que a autora afirma ser *crucial para o seu aperfeiçoamento* (MATOS, 2018, p. 21). A ideia de aleatoriedade e de casualidade do pensamento arquivístico é refutada pela autora, uma vez que, os debates assentados na perspectiva epistemológica fomentaram a autocrítica e a reflexão no interior da profissão.

O que está em questão no pensamento da autora é a importância da instituição arquivística para a produção do conhecimento na área da arquivologia, considerando, principalmente, a sua forma de se organizar. Neste aspecto, ela destaca as instituições como sendo o *locus*, em primeira instância, *da reflexão acerca da construção do conhecimento em arquivologia* (MATOS, 2018, p. 22).

4.3 A Produção do Conhecimento e a Pesquisa em Arquivologia

Em suas análises Jardim (JARDIM, 2012, p. 152) apresenta algumas inquietações acerca da produção do conhecimento arquivístico, destacando a importância da pesquisa para a renovação permanente da Arquivologia, seja qual for o entendimento que se tem da mesma – *ciência consolidada, ciência em formação ou disciplina científica* (Idem). Mais ainda, este autor também enfatiza a importância de fomentarmos a articulação, entre *ensino, produção e difusão do conhecimento*, de acordo com Jardim (2012, p. 136). Segundo o

autor, trata-se de modalidades que, de forma estruturada, *demandam novas posturas e diálogos entre universidades, instituições e serviços arquivísticos* num cenário histórico de contínuas mudanças, haja vista os aspectos científicos, tecnológicos, organizacionais e políticos, principalmente (JARDIM, 2012, p. 136). Neste sentido *a pesquisa em Arquivologia se faz cada vez mais necessária* (Idem). Matos, assim como Fonseca (2017) nos apresenta uma outra combinação, que ela intitula de “tríplice dimensão do objeto da arquivologia”, sendo elas: o arquivo, o documento de arquivo e a informação.

Esses traços combinados e em comum entre os autores (e outros aqui não mencionados) nos fazem constatar, na melhor das conjecturas, um avanço real no que se refere a uma decolagem de qualidade nos estudos arquivísticos e na forma como a profissão se coloca na sociedade, além do espaço que ocupa nesta, cujos vetores atravessam os mais variados campos e esferas, dentre elas, política, social, ideológica, e intelectual (estando estas últimas profundamente embricadas).

Em sua tese de doutorado¹⁵, Schmidt (2012) desenvolve uma profícua pesquisa acerca da Arquivologia e a construção do seu objeto científico. Nela a autora constata uma inserção tardia do Brasil no campo científico, referindo-se aos arquivos. Tratou-se de uma projeção engendrada no âmbito da Arquivologia Moderna pelo movimento associativo dos profissionais vinculados, em sua grande parte, aos arquivos públicos. A referida iniciativa, segundo a autora,

Tratou-se muito mais de uma construção científica na perspectiva institucional do que derivada de reflexões no campo do Saber e do Fazer que a legitimassem como referência na produção de conhecimento. Independente disso, a comunidade arquivística brasileira, estabelecida aos moldes do campo científico dos arquivos no Brasil, se organizava em prol do desenvolvimento da área no país e na consolidação de sua representatividade social (SCHMIDT, 2012, p. 211).

15 SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. Tese intitulada *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) no ano de 2012.

Em outra perspectiva, nos seus estudos referentes à pesquisa arquivística, Thomassen (2006) afirma ser esta baseada na pesquisa das relações. Para o autor, trata-se de relações,

(...) entre informação, documentos de arquivo e elementos de contexto, e, num patamar mais elevado, relações entre pessoas, comunidades e sociedades. (...) A Arquivologia tende a ser uma ciência interpretativa, focada na interpretação de relações. Documentos e arquivos não são substitutos do mundo real e sim representações estabelecidas do que pessoas, comunidades e a sociedade acham importante lembrar e fazer lembrar. (Idem, p. 15).

O autor se refere aqui aos vínculos da pesquisa arquivística com as formas pelas quais as memórias são registradas, além de mantidas e comunicadas. Em outro patamar, a pesquisa arquivística está relacionada às formas como a memória é *criada, manipulada e apagada* (THOMASSEN, 2006, p. 16).

A partir deste ponto de reflexão apresentado por Thomassen (2006), direcionamos este estudo para a produção de pesquisa em Arquivologia no Brasil, tratando-se de uma prática relativamente recente, datada da década de 1970, de acordo com Marques e Roncaglio (2012). Estas autoras apresentam em suas análises, uma série de eventos que favoreceram o início do desenvolvimento da pesquisa arquivística brasileira e a investida das universidades nesta área (MARQUES & RONCAGLIO, 2012). Temos, resumidamente, a partir da concepção das autoras, o seguinte histórico:

- a intensificação da cooperação arquivística internacional, responsável pela vinda de vários professores e pesquisadores dos diversos países europeus, norte-americanos e latinos;
- o aumento exponencial do número de inscritos no CPA (Curso Permanente de Arquivos) e reformulação do seu currículo com a transferência para o âmbito das universidades. A regulação do seu mandato universitário ocorreu mediante acordo entre o Arquivo Nacional – AN e a UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, no ano de 1973, ocorrendo, posteriormente, a definição da sua duração e do seu currículo mínimo (1975). Em 1976 se deu a aprovação do

seu quadro docente e, em fim, em 1976, houve a sua transferência, na condição de curso de Arquivologia, para a FEFIEJ, atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO.

- criação, em 1971, da APHA (Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística) e da AAB (Associação Arquivística Brasileira);
- concessão de autorização pelo CFE – Conselho Federal de Educação, em 1972, para a criação do curso de Arquivologia em nível de graduação e, no mesmo ano, realização do I CBA – Congresso Brasileiro de Arquivologia onde se deu a orientação da criação do currículo mínimo para os cursos de graduação em Arquivologia;
- aprovação do parecer reconhecendo a Arquivologia como habilitação profissional no ensino médio;
- estabelecimento de convênio, em 1974, entre o AN e a UFF – Universidade Federal Fluminense relacionado à cooperação na área de Arquivologia e Pesquisa Histórica;
- encaminhamento da proposta de criação do SINAR – Sistema Nacional de Arquivos, ao Congresso Nacional, sendo este efetivado pela CONAR – Comissão Nacional de Arquivos, criada entre os anos de 1978-1979.
- realização de estudos de legislações internacionais para estabelecimento da Lei de Arquivos;
- criação dos cursos de Arquivologia na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (Rio Grande do Sul) e na Universidade Federal Fluminense – UFF (Rio de Janeiro), nos anos de 1976 e 1978, respectivamente.
- regulamentação da profissão de arquivista e de técnico de arquivos em 1978.
- participação do Brasil na I Semana Internacional de Arquivos e iniciação das pesquisas com temáticas voltadas aos arquivos e à Arquivologia desenvolvidas nos programas de pós-graduação.
- implementação, em 1981, do Projeto de Modernização Institucional Administrativa do Arquivo Nacional;
- institucionalização progressiva dos arquivos públicos;
- criação do curso de Organização de Arquivos do IEB – Instituto de Estudos Brasileiros, da USP – Universidade de São Paulo. Segundo as análises das autoras, tratou-se de um curso que congregou *profissionais com diversas formações em torno da especialização em Arquivologia* (MARQUES &

RONCAGLIO, 2012, p. 75);

- criação, em 1990, do curso de Arquivologia da UnB – Universidade de Brasília;
- criação, em 1997, do curso de Arquivologia na UEL – Universidade Estadual de Londrina e na UFBA – Universidade Federal da Bahia;
- criação, em 1999, do curso de Arquivologia na UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na UFES – Universidade Federal do Espírito Santo;
- criação, em 2002, do curso de Arquivologia na UNESP/ – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, em Marília/SP;
- criação, em 2006, do curso de Arquivologia na UFPB – Universidade Federal da Paraíba;
- criação, em 2008, do curso de Arquivologia na FURG – Fundação Universidade do Rio Grande do Sul, na UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais e na UFAM – Universidade Federal do Amazonas;
- criação, em 2009, do curso de Arquivologia na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;
- criação, em 2011, do curso de Arquivologia na UFPA – Universidade Federal do Paraná.
- realização, entre os dias 7 e 9 de junho de 2010, da I REPARQ – I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, na UnB.
- criação, como resultado da I REPARQ, em 2010, do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia.
- realização, em novembro de 2011, da II REPARQ – II Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, organizada pelos docentes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO e da Universidade Federal Fluminense, UFF.
- realização, entre os dias 7 e 10 de novembro de 2017, da V REPARQ – V Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, na ECI – Escola de Ciência da Informação da UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

Com relação à realização da I REPARQ, esta ocorreu com o objetivo de discutir coletivamente acerca da situação e dos rumos da pesquisa e do ensino na área de Arquivologia (RONCAGLIO, 2012). Segundo a autora, tratou-se de um evento que pôs em relevo os seguintes aspectos pertinentes à área

resumidos em três eixos:

- 1) pesquisa e formação arquivística no mundo atual;
- 2) dimensões particulares da pesquisa em Arquivologia, incluindo a pós-graduação no Brasil;
- 3) histórico e situação atual do ensino e da pesquisa nos cursos de Arquivologia no Brasil (RONCAGLIO, 2012, p. 89).

Um dos grandes avanços da I REPARQ consistiu na deliberação da criação de um GT – Grupo de Trabalho para elaboração de uma proposta de fundação de uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (RONCAGLIO, 2012). Tal deliberação foi assentada por considerações de grande monta, que retratam as conquistas e necessidades da área, a saber:

- a expansão dos cursos de graduação em Arquivologia nas universidades públicas do país;
- procura por uma formação acadêmica em nível de pós-graduação pelos egressos, incentivados, tanto pela expansão dos cursos quanto pela presença de pesquisadores nos programas de pós-graduação;
- número considerável de egressos dos cursos de graduação na área têm seguido, em maior número, a docência em Arquivologia;
- as pesquisas acadêmicas têm demonstrado a existência de uma produção de conhecimento científico na área;
- o conhecimento produzido envolvendo as temáticas arquivísticas demonstram uma configuração da existência de um campo de pesquisa específico;
- *a dispersão das pesquisas em Arquivologia em diferentes programas de pós-graduação é um fator de pouca visibilidade institucional para a área* (RONCAGLIO, 2012. p. 89);
- as sociedades contemporâneas, particularmente o Brasil, demandam uma formação integral do arquivista em suas múltiplas dimensões;
- necessidade de visibilidade conferida à docência e à pesquisa em Arquivologia;
- necessidade da conquista de um espaço permanente de interlocução para os

docentes, discentes, pesquisadores e profissionais da área;

– necessidade da criação de um espaço próprio para a produção de pesquisa arquivística considerando a importância e o reconhecimento do amadurecimento da Arquivologia como campo científico relativamente autônomo, não perdendo de vista as interlocuções estabelecidas com outras disciplinas e áreas do conhecimento (RONCAGLIO, 2012, p. 89-90).

Como desdobramento, da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, a proposta elaborada acerca da criação de uma associação de pesquisa em Arquivologia foi discutida na II REPARQ, a fim de dar materialidade à ABEPA – assim denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia, tendo como objetivos:

- aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa em Arquivologia, em seus diversos níveis;
- estímulo à capacitação continuada dos profissionais que atuam na área;
- estudo, pesquisa e divulgação de assuntos arquivísticos;
- defesa da preservação e do acesso aos documentos arquivísticos de valor histórico;
- defesa do livre exercício das atividades dos profissionais de Arquivologia;
- representação da comunidade dos profissionais de Arquivologia perante instâncias administrativas, legislativas, órgãos financiadores e planejadores, entidades científicas ou acadêmicas (RONCAGLIO, 2012, p. 93).

Não cabe neste capítulo um aprofundamento acerca da temática associativismo uma vez que a mesma se situa na dimensão ético-política, que será discutida em ocasião futura.

Voltando às reflexões sobre a produção da pesquisa arquivística no Brasil, com o objetivo de mapear e analisar a formação e a produção científica dos docentes dos cursos de Arquivologia do Brasil, Marques e Roncaglio (2012) identificaram, a partir da pesquisa realizada, um quantitativo elevado de produções de dissertações e teses publicadas que têm como objeto de estudo

os arquivos e a disciplina de Arquivologia, apesar de não ter existido, até o ano de 2012, programa de pós-graduação *strictu sensu* na área. Não obstante, no mesmo ano de publicação das análises das autoras, instalava-se na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ, que, de acordo com Lousada e Silva (2017), insere-se em um contexto de alterações no cenário arquivístico internacional e brasileiro, especialmente nas últimas décadas (LOUSADA & SILVA, 2017, p. 17).

Nas palavras dos autores,

Impulsionado pelo novo cenário informacional, marcado fortemente pelas tecnologias da informação e comunicação, [o PPGARQ] provoca questionamentos inovadores. Essa configuração favorece inquietações sobre a identidade do arquivista, suas formas de gerenciar os arquivos, suas alternativas de formação e atualização profissional. Afloram novas formas de se refletir sobre a Arquivologia ou reinterpretar princípios clássicos da área. *Grifos nossos* (LOUSADA & SILVA, 2017, p. 17).

A proposta de implantação do PPGARQ teve seu início de elaboração, pelos professores da Escola de Arquivologia da UNIRIO a partir da constituição da Comissão de Estudos para Implantação da Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Arquivologia, de acordo com a Portaria UNIRIO, nº 434, de 12/11/2008. A participação dos pesquisadores do Departamento de Arquivologia foi definida estrategicamente, a fim de garantir ao programa, uma *identidade institucional vinculada à UNIRIO* (LOUSADA & SILVA, 2017, p. 19).

De acordo com os aspectos apresentados acima, relacionados à dimensão científico epistemológica da Arquivologia, sinalizamos os importantes passos e as construções históricas em torno do reconhecimento da área enquanto disciplina científica e autônoma, que se encontra, de acordo com as palavras de Jardim (2012) em franco desenvolvimento. Importante mencionar

que, a REPARQ¹⁶ se traduz em um evento permanente e estratégico na agenda da categoria de docentes, pesquisadores, discentes, pós-graduandos e profissionais da área da Arquivologia de todo o Brasil e representa um dos maiores avanços da Arquivologia Brasileira na atualidade, uma vez que se refere, de fato, aos rumos da profissão, imprimindo à sua identidade e especificidade, a sua existência enquanto disciplina e ciência autônoma e o fortalecimento do seu espaço na divisão social e técnica do trabalho.

16 Neste capítulo, não definimos como objetivo realizar um levantamento das REPARQs ocorridas de 2010 ao período atual, limitando-se, apenas, a analisar alguns registros disponibilizados por meio eletrônico (V REPARQ) e impressos (I e II REPARQs).

5 – DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA: *UM ESTUDO A SER REALIZADO...*

Apontamos, dentro dos objetivos, a dimensão ético-política como fundamental para a compreensão dos dispositivos legais e dos caminhos favoráveis à construção coletiva, rumo ao desenvolvimento almejado para a Arquivologia e ao seu reconhecimento enquanto disciplina e ciência autônoma. Com relação a esta dimensão, registramos, introdutoriamente, alguns elementos que poderão nos ajudar futuramente em um estudo aprofundado, a partir do diálogo com as demais dimensões, principalmente com a científico-epistemológica. Importante mencionar que este capítulo está sendo apresentado apenas introdutoriamente, com vistas a ser desenvolvido em momento futuro.

Esta dimensão se refere ao campo ético que respalda juridicamente a profissão e as relações estabelecidas institucionalmente, tendo como função consolidar e sustentar a prática arquivística, a ocupação do arquivista em determinado espaço sócio ocupacional, além de situar a Arquivologia a partir de um arcabouço jurídico-legal que lhe garanta autonomia e a definição da sua identidade.

Levando-se em consideração o documento de Arquivo enquanto um dos objetos da Arquivologia partícipe da tríade apresentada por Fonseca [Arquivo – Documento de Arquivo – Informação] (2017), consideramos este a partir do seu valor de gênero, podendo ser estabelecido como primário e secundário. A criação do documento por um produtor (na figura de uma instituição, uma de suas partes ou, simplesmente de um indivíduo), corresponde ao seu valor primário ou imediato. Dentro desta classificação, tem-se os documentos de valor administrativo, quando os documentos têm como função atender às necessidades das atividades correntes, desenvolvidas no cotidiano do profissional ou de uma equipe departamental ou setorial; fiscal, quando o documento é produzido a fim de comprovar movimentações financeiras e é mantido por um determinado tempo, necessariamente, de acordo com as exigências fiscais ou legais, mesmo após o término da sua tramitação; ou de valor jurídico, tendo como funcionalidade a comprovação de direitos a curto ou longo prazos. Em outras palavras, temos que além *das necessidades do Direito e da História, os registros servem à “transparência das*

ações”, ou ainda, à *obrigação de prestar contas (accountability) tanto do ponto de vista administrativo quanto histórico* (FONSECA, 2017, p. 56).

Os documentos de valor secundário ou mediato, são identificados pela finalização do cumprimento do valor primário, passando a serem custodiados, ou seja, introduzidos no estado de guarda permanente. Neste caso, os documentos somente são preservados permanentemente quando atendem aos interesses probatórios ou informativos, estando relacionado, no primeiro interesse, à comprovação da existência de uma entidade, com registros, principalmente, de sua organização e do seu funcionamento, e ainda das ações de seus funcionários e equipes. No segundo interesse, tem-se a sua importância quando do registro de informações relacionadas a lugares, objetos, pessoas ou fatos ocorridos e que, portanto, estejam ligadas ao contexto histórico de determinada entidade ou indivíduo. Interessa-nos dentro deste universo, destacarmos os aportes jurídicos e legais que respaldam a Arquivologia.

De acordo com Fonseca (2017), os registros documentais devem ser *imparciais*, no que diz respeito a sua criação, *autênticos*, no que se refere aos procedimentos utilizados para tal, e *inter-relacionados*, tratando-se do seu conteúdo (FONSECA, 2017, p. 56). Uma vez correspondendo a estes quesitos, os documentos estão aptos *a satisfazerem os registros da legislação sobre valor probatório e constituem a melhor forma não só de prova documental, mas de prova em geral* (idem).

Consideraremos os aspectos jurídicos da Arquivologia em dois sentidos: a partir do respaldo legal no exercício da profissão, pondo em relevo os elementos elencados no seu código de ética que assegura o trabalho profissional do arquivista mostrando-lhes os seus direitos e deveres, e a partir do aspecto normativo que rege a Arquivologia considerando a gestão de documentos. Como visto na dimensão técnico-operativa, trata-se de um instrumento correspondente à arquivística, estando diretamente relacionada ao conjunto das normas, procedimentos, métodos e técnicas que norteiam o fazer do arquivista em seu cotidiano profissional. É a partir deste instrumento que ocorre, de forma ordenada, a produção, utilização, tramitação, classificação, avaliação e arquivamento dos documentos oficiais. Vale destacar a abrangência da gestão documental, que alcança, para além dos interesses da

instituição produtora, as demandas oriundas da sociedade, a partir da garantia da preservação do documento bem como da promoção da acessibilidade à informação nele contida. Vale mencionar que, em termos legais, a Lei 8.159 de 1991 foi normatizada com o fim de normatizar a Política Nacional de Arquivos Públicos, que consiste em um importante instrumento de promoção da gestão de documentos e de garantia da acessibilidade à informação produzida e resguardada pelas instituições públicas.

Com relação aos marcos legislativos que deram sustentação à área arquivística entre os anos de 1970 e 1990, Indolfo (2002) faz referência a alguns órgãos, a saber;

(...) o *Records Managenet Act*, de 1975, que consagra a definição de gestão de documentos; o *Amendemets on Federal Records Managenet Act*, de 1976, que exige que cada agência federal preste contas de seu programa de gestão de documentos, por meio de um relatório anual, ao Arquivo Nacional dos Estados Unidos; e a reorganização da administração dos arquivos, quando nos meados dos anos 1980, o NARS (*National Archives and Records Service*) passa a denominar-se NARA (*National Archives and Records Administration*)¹⁷. (p. 33).

– Decreto nº 4.073/2002

Trata-se de um decreto que regulamenta a Lei nº 8.159/91 e se configura em um desdobramento do artigo 26 da referida lei, que dispõe sobre a criação do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. Importante sinalizar que tanto a lei em questão quanto o presente decreto representam um grande avanço no que diz respeito à formulação de uma política de integração entre o arquivo e a gestão de documentos.

O CONARQ se constitui em um órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional assumindo enquanto instância política, a finalidade de definir a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Um dos papéis de grande

17 Grifos nossos.

monta da entidade é exercer a orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo.

As competências do CONARQ, conforme o Decreto consiste em:

- I – Estabelecer diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR, visando a gestão, à preservação e ao acesso aos documentos de arquivos;
- II – Promover o inter-relacionamento de arquivos públicos e privados com vistas ao intercâmbio e à integração sistêmica das atividades arquivísticas;
- III – Propor ao Ministro de estado da Justiça normas legais necessárias ao aperfeiçoamento e à implementação da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados (Redação dada pelo Decreto nº 7.430 de 2011);
- IV – Zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos;
- V – Estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos de âmbito Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, produzidos ou recebidos em decorrência das funções executiva, legislativa e judiciária;
- VI – Subsidiar a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo metas e prioridades da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados;
- VII – Estimular a implantação de sistemas de arquivos nos poderes executivo, legislativo e judiciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e nos Poderes Executivo e Legislativo dos municípios.
- VIII – Estimular a integração e modernização dos arquivos públicos e privados.

(Decreto nº 4.073 de 3 de janeiro de 2002)

Quanto aos aspectos jurídico-normativos que regem a Arquivologia a partir da gestão de documentos, utilizaremos como referência as Leis, Decretos e Resoluções considerados aqui enquanto dispositivos legais que assumem como funcionalidades, o amparo e a organização da área, bem como as formulações dos elementos que compõem a sua caracterização.

6 – CONSIDERAÇÕES

A partir desta inicial imersão a respeito das dimensões constitutivas do *saber arquivístico*, retornamos ao início deste trabalho, a fim de recuperar as questões que propiciaram o início e a condução das reflexões com as suas possíveis respostas. Cabe lembrar que o objetivo deste estudo consistiu em uma aproximação inicial ao seu objeto, sem a pretensão de esgotar qualquer reflexão nele contida. O processo de formação profissional foi crucial para a definição do mesmo, principalmente no que diz respeito aos conteúdos relacionados às disciplinas obrigatórias e optativas da grade curricular do curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, pois, foi ao longo desta jornada que os limites, possibilidades e desafios se impuseram, instigando-nos e nos provocando a buscar respostas, ainda que não acabadas, a respeito das mais variadas inquietações pertinentes à profissão.

A Arquivologia, tomada enquanto objeto de estudo, é considerada, neste trabalho, enquanto disciplina, ciência e profissão, e uma vez que se pretendeu estudar as suas dimensões, tem-se, a busca do seu entendimento em suas variadas facetas, considerando as indagações que compunham o problema de pesquisa.

Em primeiro lugar, tem-se o questionamento quanto ao posicionamento da Arquivologia enquanto ciência, disciplina e profissão autônoma com relação às outras áreas do conhecimento, especificamente, a História, a Administração e a Ciência da Informação, considerando a estreita ligação existente entre elas.

Um segundo aspecto que nos levou a realização desta pesquisa consistiu na verificação da existência de dispositivos que conferem à Arquivologia uma identidade própria. Neste caso, perguntamos sobre quais seriam os dispositivos técnicos, metodológicos, científicos e legais que definem a sua identidade e o seu estatuto de cientificidade? Para tanto, foram definidas as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa, científico-epistemológica e ético-política, sendo esta trabalhada de forma introdutória, com vistas ao aprofundamento dos seus aspectos em estudos futuros. Tais dimensões foram estudadas a fim de apontar pistas e possibilidades, lançando luz sobre análises posteriores.

Na dimensão teórico-metodológica a Arquivologia é apresentada enquanto campo de conhecimento ainda em processo de desenvolvimento cujas formulações estão atreladas à interação entre teoria e prática. É neste âmbito que são estabelecidas as articulações necessárias entre instituições e ensino, mais precisamente, entre prática profissional e formação profissional.

Ao longo do processo de formação em Arquivologia, dois elementos da dimensão teórica nos são apresentados. Um deles está relacionado aos registros documentais de uma instituição, acumulados no decorrer do processo histórico, e o outro refere-se à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sendo esta uma relação indispensável para a compreensão da Arquivologia na sua tríplice condição: enquanto campo de formação, de atuação e de investigação, considerando-se o seu objeto, os seus objetivos e a sua identidade.

A respeito da condição de disciplina autônoma conferida à Arquivologia, alguns autores (por exemplo, THOMASSEN, 1996 apud JARDIM, 1998; RIBEIRO, 2002) partem da concepção de que esta se deu em decorrência das mudanças engendradas pelo avanço tecnológico, por sua vez, responsável pelo estreitamento das relações entre esta área do conhecimento e a Ciência da Informação, e, por outro lado, a superação da sua condição de ciência auxiliar da História. Esta mudança também é atribuída à publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, datado de 1898, considerado um marco no novo direcionamento da *Arquivística*, passando a assumir esta uma postura de disciplina técnica, em detrimento à condição de saber auxiliar da ciência histórica (RIBEIRO, 2002).

Dois abordagens consideradas predominantes no estudo do saber arquivístico são destacadas por Fonseca (2005): uma que aponta para uma mudança de paradigma, e outra, que identifica a inserção da área em uma nova roupagem, referindo-se, respectivamente, à passagem da abordagem Pré-Paradigmática para a Paradigmática, e Pós-Modernidade, sendo estabelecida entre elas uma relação de complementariedade, no que se refere ao estabelecimento de uma nova estrutura da disciplina arquivística e no avanço do seu reconhecimento enquanto área de conhecimento autônoma.

Em resposta à pergunta: quais dispositivos técnicos, metodológicos, científicos e legais definem a identidade e resguardam o estatuto de

cientificidade da Arquivologia? Com base nos estudos realizados, identificamos, a partir das dimensões apresentadas, alguns dos possíveis elementos e instrumentos que, ao menos, podem ser considerados como contributos para a reafirmação da Arquivologia enquanto disciplina, profissão e ciência autônoma.

Na dimensão teórico-metodológica, podemos identificar como afirmação da identidade e da constituição da Arquivologia enquanto disciplina, a formação profissional, constituída por um conjunto de princípios, diretrizes e saberes que regem de forma específica a área. O Conselho Nacional de Arquivologia – CONARQ, registra a existência de 16 (dezesesseis) cursos de graduação em Arquivologia no Brasil, cuja especificidade é reconhecida por suas diretrizes curriculares (Resolução CNE/CES 20/2002) que prevê a constituição de um Projeto Político Pedagógico – PPP. O estabelecimento de uma grade curricular como um desdobramento das definições estabelecidas pelas diretrizes curriculares e suas reformulações se constitui em outro elemento que define a especificidade e a identidade da Arquivologia enquanto disciplina autônoma. Neste caso, a partir da análise das grades curriculares da UNIRIO, UFSM, UFF e UnB, verificamos a existência de uma relativa autonomia na definição das grades curriculares que diferem entre elas em decorrência das particularidades de cada instituição, da realidade vivenciada no processo histórico de constituição do curso em cada universidade, da realidade regional, das demandas provenientes do mercado de trabalho e do perfil do quadro docente. O Estágio supervisionado pode ser considerado outro dispositivo que garante a possibilidade de aliarmos a teoria apreendida por meio de um conjunto de disciplinas específicas da área, à prática exercida pelos profissionais que atuam nas instituições arquivísticas, referindo-nos, mais especificamente, ao supervisor, que assume o papel de mediador e orientador de campo na condução inicial dos nexos estabelecidos entre a teoria e a prática estabelecidos pelos alunos/estagiários.

A dimensão técnico-operativa tem como dispositivo a Arquivística, neste estudo compreendida enquanto elemento distinto da Arquivologia, conforme preconizado pelo Dicionário de Termos Arquivísticos de 1992 (apud JARDIM, 1998). A sua definição enquanto um conjunto de técnicas e métodos a serem observados e aplicados na produção, organização, guarda, preservação e

utilização dos arquivos é o que demarca uma mudança de direcionamento, ou de paradigma, ocorrida na Arquivologia enquanto profissão. Apontamos a gestão de documentos como outro dispositivo que tem o seu espaço único na Arquivística, podendo ser considerada, aqui, como aplicação das técnicas e dos métodos da arquivística, na produção, organização, guarda e utilização dos arquivos. Trata-se de um conjunto de práticas que cumpre um papel preponderante tanto no controle das informações produzidas e registradas pelas entidades produtoras, quanto na administração da massa documental, otimizando e racionalizando os espaços físicos e de guarda dos documentos, além de facilitar a recuperação das informações, na garantia do seu acesso. Portanto, a gestão de documentos cumpre uma função que confere à Arquivística uma peculiaridade que, por consequência, difere a Arquivologia enquanto prática profissional, de outras áreas de atuação, demarcando o seu espaço na divisão social e técnica do trabalho. Por último, temos enquanto dispositivo, as metodologias adotadas no tratamento do documento arquivístico: as identificações diplomática e tipológica de documento, uma situada no campo da verificação da autenticidade do documento quanto a sua estrutura e quanto à finalidade do ato jurídico, e outra, referente à relação dos documentos com as atividades institucionais e pessoais. Tanto uma quanto outra são orientadas na caracterização dos documentos arquivísticos pelos princípios fundamentais da arquivologia.

Os dispositivos situados na dimensão científico-epistemológica estão relacionados a um processo de mudança no interior da Arquivologia, também chamada de Arquivística por alguns autores (como por exemplo, em RIBEIRO, 2002), e conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005). Trata-se da passagem do paradigma *Histórico-Tecnista* para o *Científico-Informacional*, sendo este o paradigma emergente exposto pela autora por meio de um quadro analítico. A questão que se impõe neste aspecto da análise é: até que ponto a Arquivologia pode ser considerada uma ciência autônoma, uma vez que o novo paradigma afirma, conforme análise de Ribeiro, (2002), uma soberania da Ciência da Informação, tendo esta, como seu objeto único, a Informação? Acreditamos ser esta uma discussão pertinente em outro momento.

Cabe-nos afirmar, a título de encerramento do presente estudo, que, considerando o caso brasileiro, os dispositivos que sustentam a Arquivologia enquanto ciência, autônoma, a partir de um dado momento histórico, mas não isenta das influências de outras áreas do saber, constituem-se na produção do conhecimento e de pesquisa na área da Arquivologia, para a sua permanente renovação (JARDIM, 2012, p. 152). Para tanto, identificamos como instrumentos fundamentais: - a articulação entre ensino, pesquisa, e produção/difusão do conhecimento, materializada na aproximação entre universidade e instituições arquivísticas; - a realização de eventos como os Congressos Brasileiros de Arquivologia (CBAs) e a permanência das Reuniões Brasileiras de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQs), que propiciam a articulação da categoria profissional, composta por professores, pesquisadores, alunos e demais profissionais da área arquivística, em espaços de difusão e troca de conhecimento para o seu fortalecimento.

Apontamos a dimensão ético-política como um aspecto de grande importância a ser estudada futuramente, dada a sua complexidade e interfaces com as demais dimensões apresentadas. Importante destacarmos a sua contundência na Arquivologia, principalmente no que se refere à compreensão dos dispositivos legais e dos caminhos favoráveis à construção coletiva para o reconhecimento da área enquanto disciplina, profissão e ciência autônoma.

8 – REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL, **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo**. Como Fazer, vol. 8, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado: São Paulo, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Resolução nº 20** de 13/03/2002. Disponível em:

CORRÊA, Fernando Gabriel; MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Princípio da Territorialidade: Trajetórias e Definições**. In *Ágora*, v. 26, n.52, p. 05-29, jan/jun: Florianópolis, 2016.

DELMAS, Bruno. **Arquivos servem para quê?** Textos escolhidos, IFHC, 2010. Acesso em 07 mai 2019. Disponível em:
<https://pt.scribd.com/document/265659748/DELMAS-Bruno-Arquivo-Para-Que>

DERRIDA, Jaques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUCHEIN, Michel. **O Respeito de Fundos em Arquivo: princípios teóricos e problemas práticos**, 1992. Disponível em:
basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_.../2011/.../pdf_b7dd52746d_0019306.pdf

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Vigiar e Punir**. 20ª edição, Petrópolis, editora Vozes, 1999.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. **A História e os arquivos: anotações à margem dos documentos**. Ponto de Acesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 60 – 71, abr. 2009. Acesso em: 20 mar. 2018. Disponível em:
<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3313/2423>

INDOLFO, Ana Celeste. **Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia**. Disponível em:
<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000005190/add166474ac417c72d0570eb86fb185d/>

JARDIM, José Maria. **A produção do conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995)**. *Ci. Inf.*[online]. 1998, vol.27, n.3, pp.00-00. ISSN 0100-1965. Acesso em 09 set 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000300001>.

_____. **Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformação** in *Acervo*, Rio de Janeiro, v.28, n.2, p.19-50, 2015. Acesso em 18 jun. 2017. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/607>

_____. **A Pesquisa em Arquivologia: Um Cenário em Construção**. In *Estudos Avançados em Arquivologia*, Valentim, Marta Lígia Pomim (Org.) - pp. 136-153, Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. **O Conceito e a Prática de Gestão de Documentos**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 2, n2, p. 35-42, 1987.

LOUSADA, Mariana; SILVA, Eliezer Pires. **A Experiência do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos na UNIRIO**. In *Ensino e Pesquisa em Arquivologia: Cenários Prospectivos – V REPARQ*, VENÂNCIO, Renato Pinto; SILVA, Welder Antônio; NASCIMENTO, Adalson. (Org.), p. 16-28 ECI/UFMG/PPGCI: Belo Horizonte, 2017.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha; RONCAGLIO, Cynthia. **A Pesquisa Científica em Arquivologia no Brasil**. In *Novas Dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil*. JARDIM, José Maria; MARIZ, Anna Carla Almeida; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). p. 74-88, AAERJ/Mobile: Rio de Janeiro, 2012.

MATOS, Maria Teresa Navarro de Brito. **A evolução dos arquivos e do conhecimento em Arquivologia**. *RICI: R. Ibero-amer. Ci. Inf.*, Brasília, v. 5, n. 2, p.19-28, jul./dez. 2012. Acesso em 20 mar. 2018. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8000>

NETO, Thales Lopes Rezende. **Arquivologia: Uma análise dos projetos políticos pedagógicos da UNIRIO e UFF**. Monografia. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016.

OLIVEIRA, Eliane Braga de *et all*. **Proposta de Reforma Curricular do Curso de Arquivologia da Universidade de Brasília**. In *Cen. Arq.* v.1, jan./jun., p.40-46, Brasília, 2002

OLIVEIRA, Flávia Helena. **A Formação em Arquivologia nas Universidades Brasileiras: Objetivos Comuns e Realidades Particulares**. Tese. Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília: Brasília, 2014.

ORTIZ, Fátima da Silva. **Desafios Contemporâneos para o Processo de Estágio e Supervisão em Serviço Social**. In Serviço Social: Temas, Textos e Contextos, Forti, Valéria; Guerra, Yolanda (Org.) - pp. 121-132, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

RIBEIRO, Fernanda. **Da arquivística técnica à arquivística científica: a mudança de paradigma**, Revista da Faculdade de Letras, I Série, vol. 1, pp. 97-110, Ciências e Técnicas do Patrimônio: Porto, 2002.

RONCAGLIO, Cynthia. **Por uma Associação de Ensino e Pesquisa em Arquivologia no Brasil**. In Novas Dimensões da Pesquisa e do Ensino da Arquivologia no Brasil. JARDIM, José Maria; MARIZ, Anna Carla Almeida; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Org.). p. 89-98, AAERJ/Mobile: Rio de Janeiro, 2012.

RONCAGLIO, Cynthia *et all.* **Arquivos, Gestão de Documentos e Informação**. In Enc. Bibli: R. Eletr. Bibl. Ci. Inf., nº esp.: Florianópolis, 2º sem.2004.

RUÍZ, Francisco Fuster. Archivística, Archivo, **Documento de Archivo... necesidad de clarificar los conceptos**. Disponível em: <http://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2631>

SHELLENBERG, Theodore R. Arquivos Modernos: Princípios e Técnicas. 6ª ed. FGV: Rio de Janeiro, 2006.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

SOUZA, Vinícius Aguiar de. **A Formação do Arquivista pela Universidade Federal Fluminense e o Mercado de Trabalho**. Monografia. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Manual do Curso de Graduação em Arquivologia**. Faculdade de Ciência da Informação: Brasília, 2017.